



UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA  
ÁREA DAS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO

RAQUEL CATERINE GREBINSKY

**QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE: DESAFIOS À FORMAÇÃO DE  
PROFESSORAS PARA A INFÂNCIA**

Joaçaba  
2018

RAQUEL CATERINE GREBINSKY

**QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE: DESAFIOS À FORMAÇÃO DE  
PROFESSORAS PARA A INFÂNCIA**

Dissertação de Mestrado, apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, do Curso de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina.

Orientadora: Profa. Dra. Leda Scheibe

Joaçaba

2018

G788q

Grebinsky, Raquel Caterine

Questões de gênero e sexualidade: desafios à formação de professores para a infância / Raquel Caterine Grebinsky. — Joaçaba, 2018.

94 f., il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2018.

Bibliografia: f. 69-72.

1. Professores – Formação. 2. Educação sexual para crianças. 3. Educação e Estado. 4. Identidade de gênero. I. Título.

CDD 370

RAQUEL CATERINE GREBINSKY

**QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE: DESAFIOS À FORMAÇÃO  
DE PROFESSORAS PARA A INFÂNCIA**

Dissertação de Mestrado, apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, do Curso de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina.

Aprovado em 21 de agosto de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Leda Scheibe (Orientadora)  
Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc

---

Profa. Dra. Eloisa Acires Candal Rocha (Examinadora)  
Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc

---

Profa. Dra. Mareli Eliane Graupe- (Examinadora)  
Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC)

## AGRADECIMENTOS

À Deus por abençoar meu caminho e me dar forças para seguir sempre em frente.

À minha mãe, meu porto seguro, minha fortaleza, minha eterna gratidão por toda luta e esforço para que eu me tornasse a pessoa que sou hoje, mãe tudo isso devo a você: te amo. Meu pai, que há 17 anos nos deixou para ficar ao lado de Deus, mas que está e estará sempre guardado com muito amor na minha memória e meu coração e que sei que onde estiver, vai sempre continuar me protegendo: meu pai, meu herói.

Meus irmãos Márcio e Andréia, minha cunhada Elisandra e minha afilhada Maria Eduarda, obrigada pelo carinho, companheirismo, ajudas financeiras e brigas, afinal elas fazem parte de todas as relações humanas e servem para aprendermos com os erros e nos aproximarmos cada vez mais.

Ao meu esposo, amigo, companheiro Eduardo que, ao meu lado, enfrentou a “batalha” e acreditou em mim quando nem eu acreditava mais que poderia dar certo. Pessoa que amo tanto e que se torna a cada dia mais essencial e indispensável em minha vida. Hoje posso dizer que, “essa nós vencemos”, pois a conquista é NOSSA.

À minha orientadora, Prof. Dr. Leda Scheibe. Por sua dedicação, paciência, sensibilidade e auxílio, preciso dizer que tê-la ao meu lado neste percurso foi um presente, fui muito feliz. És um ser humano singular ao qual tive o prazer e, conviver, minha sincera gratidão e admiração.

Às amigas que o mestrado me deu, Talita Zanferari e Rosane Dick Hermes, por estarem comigo desde o início, no hotel, nas viagens Concórdia – Joaçaba, nos trabalhos, momentos em que compartilhamos alegrias, angústias e a tão sonhada CONQUISTA.

À minha amiga do coração, Francieli Mônica Schuch, que mesmo longe fisicamente, esteve comigo, desde a decisão de encarar o desafio até a defesa, me incentivando a continuar estudando.

À minha amiga Marivanda Pissolo pela amizade e força diária, não me permitindo desistir, sendo minha inspiração de mulher, mãe, esposa e profissional.

Aos meus alunos, por compreenderem minhas ausências, por me darem carinho, o amor mais puro do mundo e a certeza que a educação é sim um sonho possível e que vale à pena.

À banca pela grandeza nos apontamentos e sensibilidade ao analisar meu estudo.

E a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para este sonho tornar-se realidade, o meu MUITO OBRIGADO!

## RESUMO

A temática de gênero e sexualidade é uma das questões mais polemizadas na última década no âmbito das políticas educacionais. A presente dissertação problematiza esta temática tendo em vista identificar sua presença em determinadas legislações que dizem respeito às políticas de ensino e formação docente para a infância. Para a realização da pesquisa pretendeu-se uma abordagem histórico-crítica com o apoio de pesquisa bibliográfica e análise documental utilizando como objetos da pesquisa dissertações e teses e legislações sobre a temática. Após a realização de um resgate histórico e conceitual com relação a gênero e sexualidade, foram analisados trabalhos de pesquisa afinados com a temática. A verificação do que prevê a LDBEN/1996 e seus documentos reguladores com relação à gênero e sexualidade é pontuada no estudo com o propósito de apurar as diretrizes curriculares nacionais voltadas à educação de crianças, bem como à formação docente para o seu ensino. Para isso destaca as DCNs para a Educação Infantil (RES. CNE/CEB Nº5, 2010), Ensino Fundamental de nove anos (RES. CNE/CEB Nº 7, 2010); e o Curso de Pedagogia (RES. CNE/CP Nº 1, 2006). Com base no processo de elaboração do Plano Nacional de Educação 2014 – 2024 (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014) e o que se sucede desde a sua aprovação, são apontados desafios e os riscos que se colocam para o trabalho docente voltado à defesa do direito de educar as crianças para uma compreensão acerca do gênero e da sexualidade, num momento de resistência ao movimento Escola sem Partido em expansão no país.

**Palavras Chave:** Políticas educacionais; Gênero e sexualidade. Educação de crianças; Formação de Professores.

## ABSTRACT

The theme of gender and sexuality is one of the most controversial issues in the last decade in the ambit of educational policies. The present dissertation problematizes this theme in order to identify its presence in certain legislation that concerns the teaching policies and teacher training for children. For the accomplishment of the research it was intended a historical-critical approach with the support of bibliographical research and documentary analysis using as research objects dissertations and theses and legislation on the subject. After a historical and conceptual rescue in relation to gender and sexuality, there was analyzed research works in tune with the theme. The verification of the LDBEN/1996 and its regulatory documents regarding gender and sexuality is pondered in the study with the purpose of ascertaining the national curricular guidelines for the education of children, as well as the teacher training for their teaching. Thereunto, the DCNs for Early Childhood Education (RES. CNE/CEB No. 5, 2010), nine-year Elementary School (RES. CNE/CEB No. 7, 2010) and the Pedagogy Course (RES. CNE/CP No. 1, 2006) are highlighted. Based on the process of elaboration of the National Education Plan 2014-2024 (Law No. 13,005, June 25, 2014) and what proceeds since its approval, the challenges and risks that are posed for the teaching work are pointed out aimed at defending the right to educate children for an understanding upon gender and sexuality, in a moment of resistance to the *Escola sem Partido* movement in the country.

**Keywords:** Educational policies; Gender and sexuality; Education of children; Teacher training.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Definições de termos utilizados nos estudos de gênero e sexualidade.....	24
---	----

|

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

GDE – Gênero e Diversidade na Escola

LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PCSC – Proposta Curricular de Santa Catarina

PNE – Plano Nacional de Educação

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Produções selecionadas para análise.....	32
Quadro 2 - Análise do aparecimento do termo gênero e/ou sexualidade e/ou diversidade nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil .....	46
Quadro 3 - Análise do aparecimento do termo gênero e/ou sexualidade e/ou diversidade nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental .....	48
Quadro 4 - Análise do aparecimento do termo gênero e/ou sexualidade e/ou diversidade nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia .....	55
Tabela 1 – Resultados gerais do levantamento considerando os 120 primeiros trabalhos localizados no banco de dados da Capes e conforme descritor: educação infantil, sexualidade, gênero, formação docente .....	29
Tabela 2 – Resultados gerais do levantamento considerando os 120 primeiros trabalhos localizados no banco de dados da capes e conforme descritor: gênero e sexualidade, formação de crianças .....	30
Tabela 3 - Resultados gerais do levantamento considerando os 120 primeiros trabalhos localizados no banco de dados da capes e conforme descritor: formação docente para a infância, gênero e sexualidade, políticas públicas, legislação .....	31

## SUMÁRIO

<b>1. INICIANDO O PERCURSO...</b>	<b><u>12</u></b>
<b>1.1 Apresentação</b>	<b><u>12</u></b>
<b>1.2 Justificativa</b>	<b><u>13</u></b>
<b>1.3 Objetivo Geral</b>	<b><u>18</u></b>
<b>1.4 Objetivos específicos</b>	<b><u>18</u></b>
<b>1.5 Caminhos e delimitações teórico-metodológicas da investigação</b>	<b><u>18</u></b>
<b>2. GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: REVISÃO CONCEITUAL E DE PRODUÇÃO ACADÊMICA</b>	<b><u>24</u></b>
<b>2.1 Conceituando os estudos de Gênero</b>	<b><u>26</u></b>
<b>2.2 Definindo Sexualidade</b>	<b><u>28</u></b>
<b>2.3 Gênero, sexualidade e educação: produção acadêmica no Brasil</b>	<b><u>29</u></b>
2.3.1 A seleção	<u>30</u>
2.3.2 Os estudos selecionados: uma breve síntese...	<u>36</u>
<b>2.4 Direitos humanos e o conhecimento escolar sobre gênero e sexualidade</b>	<b><u>41</u></b>
<b>3 GÊNERO E SEXUALIDADE: CONTEÚDOS PRESENTES NOS CURRÍCULOS ESCOLARES?</b>	<b><u>45</u></b>
<b>3.1 Os documentos governamentais e legais para a Educação Infantil: da LDB às Diretrizes</b>	<b><u>45</u></b>
<b>3.2 Os documentos governamentais e legais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos: da LDB às Diretrizes</b>	<b><u>49</u></b>
<b>4 OS DESAFIOS ATUAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA</b>	<b><u>55</u></b>
<b>4.1 O que está escrito nas DCNs para a formação de professores para a infância: o curso de pedagogia</b>	<b><u>55</u></b>
<b>4.2 Os desafios que se colocam para a formação e o trabalho de professores para a educação na infância relacionados com a temática de gênero e de sexualidade</b>	<b><u>59</u></b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b><u>65</u></b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b><u>70</u></b>
<b>APÊNDICES</b>	<b><u>74</u></b>

## 1. INICIANDO O PERCURSO...

### 1.1 Apresentação

A dissertação *Questões de gênero e sexualidade: desafios à formação de professores para a infância* vincula-se à linha de pesquisa Educação, políticas públicas e cidadania. Integra-se a um projeto de pesquisa matriz, que articula as duas linhas de pesquisa do mestrado em educação da Unesco, intitulado: *Docência para a infância: políticas, formação e orientações educativas em contextos latino-americanos*. O projeto matriz busca conhecer as instâncias formativas e as bases educativas voltadas para os professores dos anos iniciais e de educação infantil no Brasil e em diferentes países latino americanos.

O estudo que aqui desenvolvemos toma uma das temáticas que estão hoje fortemente presentes na formação das crianças brasileiras e, portanto, na qualificação dos seus professores. E esta qualificação, sabemos, tem na política educacional vigente e na legislação que foi se estabelecendo, um aspecto importante para o seu desenvolvimento.

A ampliação gradativa do direito à educação tem se estendido nas últimas décadas inclusive para a educação das crianças e passa, portanto, a exigir uma maior atenção sobre as etapas iniciais dos sistemas educativos nas mais diversas especificidades temáticas. Também o crescimento da produção científica na área da educação e das suas diversas especificidades suscita, cada vez mais, a necessidade do seu conhecimento e implicações presentes nos aspectos formativos das crianças e das atividades dos professores, mas também da legislação que potencializa estas atividades.

A educação para a infância refere-se àquela que vai até o final do Ensino Fundamental I, ou seja, até o 5º ano. O artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990), define que a infância diz respeito à criança de até doze anos de idade incompletos. O docente para a infância, portanto, é aquele profissional da educação que atua tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental, anos iniciais, ou seja, na creche com crianças de 0 a 4 anos, e em instituições que atendam crianças da pré-escola e ensino fundamental (1º ao 5º ano).

A temática de gênero e sexualidade, por sua vez, é uma das questões mais polemizadas na última década no âmbito das políticas educacionais por tratar-se de um conteúdo que divide opiniões entre as forças mais conservadoras da sociedade e aquelas que

pretendem superar uma compreensão historicamente marcada por desigualdades e preconceitos de diversas naturezas. Traz, certamente, muita preocupação para os docentes que atuam com crianças, de tal forma que estes deixam de trabalhar seus conteúdos com alunos por receio, desinformação, e até falta de preparação didática para poder contemplar em sala de aula um assunto que até hoje ainda é praticamente excluído dos bancos escolares e abordado somente pela família, quando esta se dispõe a isso.

A temática de gênero e sexualidade na educação para as crianças, é, portanto, o foco desta dissertação que toma, após a sua contextualização, a análise de determinadas legislações que a potencializam. Pretende contribuir para com um maior conhecimento sobre os desafios que a temática coloca para o trabalho escolar de forma a permitir seu desenvolvimento pleno e crítico reduzindo preconceitos.

## **1.2 Justificativa**

Segundo Wolff e Saldanha (2015), questões que atravessam gênero, sexo e sexualidade estão presentes de forma muito intensa no cotidiano da escola. Os profissionais do processo educativo, no entanto, convivem com a dúvida sobre como proceder frente às atitudes e interrogações das crianças a esse respeito. Balestrin e Soares (2015) consideram que esta questão já vem preocupando a escola há mais tempo, mas necessita, sobretudo hoje, de uma maior compreensão e estudos que possam auxiliar a prática dos docentes.

A emergência de um discurso utilizado pelos representantes do conservadorismo, no sentido de dar legitimidade aos seus preconceitos de gênero e homofobia, nos traz neste momento, uma particular preocupação e novas exigências. As lutas pela igualdade de gênero, e contra os preconceitos que envolvem a sexualidade humana, passaram a ser denominadas pelos grupos mais conservadores da sociedade como “ideologia de gênero”, revelando total desconsideração para com a consolidada produção científica na área dos estudos de gênero e sexualidade que hoje se acumulam nas universidades e em outros centros de pesquisa não apenas no Brasil mas no mundo todo (CNTE, 2015).

Ao longo do processo de aprovação do Plano Nacional de Educação (2014/2024), aprovado em junho de 2014, e posteriormente dos Planos Estaduais e Municipais, houveram diversos movimentos praticados por grupos fundamentalistas com o objetivo de excluir a categoria de gênero nestes documentos. Fazendo uso de discursos religiosos, os fundamentalistas lutaram para convencer as autoridades públicas e toda a comunidade, de que a inclusão das categorias de

sexualidade e gênero nas políticas públicas educacionais representaria um perigo iminente (*sic*), sendo esta inclusão denominada por estes representantes de “ideologia de gênero”.

Nesta circunstância, estes mesmos fundamentalistas entendiam que a inclusão de gênero no contexto escolar iria negar a dimensão biológica do ser humano, e que a escola, ao abordar a existência de diversas sexualidades estaria confundindo crianças e adolescentes sobre suas identidades sexuais, que a abordagem sobre Gênero e Sexualidade estimularia saberes contrários a Deus, à Ciência ou à própria natureza humana (*sic*):

Segundo a socióloga alemã Gabriele Kuby, ‘A Ideologia de Gênero é a mais radical rebelião contra Deus que é possível: o ser humano não aceita que é criado homem e mulher, e por isso diz: ‘Eu decido! Esta é a minha liberdade!’ — contra a experiência, contra a Natureza, contra a Razão, contra a ciência! É a perversão final do individualismo: rouba ao ser humano o que lhe resta da sua identidade, ou seja, o de ser homem ou mulher, depois de se ter perdido a fé, a família e a nação. É uma ideologia diabólica: embora toda a gente tenha uma noção intuitiva de que se trata de uma mentira, a Ideologia de Gênero pode capturar o senso-comum e tornar-se em uma ideologia dominante do nosso tempo (SOFOS, 2015, s/p).

Assim, seria entendido que os representantes fundamentalistas que estavam envolvidos nesta “luta” pela exclusão da categoria “gênero”, estariam protegendo a instituição familiar e conservando os padrões impostos pelas igreja para com a sociedade. Este movimento conservador e discriminatório combate o que denominam de “ideologia de gênero” lutando por retirar dos documentos citados palavras tais como gênero, orientação sexual, diversidade sexual, nome social e educação sexual, entre outras. Excluí-las, sabemos, não elimina os sujeitos da diversidade sexual e de gênero do interior da escola e da sociedade. Como se pode depreender, considerar estudos sobre gênero como ideologia é fruto de uma idealização que tem sido também invocada, inclusive pelos membros do congresso nacional que decidem a respeito das leis do país, para repelir discussões sobre gênero nas escolas e inclusões na legislação educacional. Um dos desafios atuais do espaço escolar é, portanto, assumir a diversidade como parte inerente da sociedade brasileira, é lutar pela superação de qualquer tipo de discriminação.

Nesse contexto, partindo dos princípios dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, especialmente, os Temas Transversais: Pluralidade Cultural (Volume 10.3) e Educação Sexual e Relações de Gênero (Volume 10.6), Graupe (2010), afirma que a escola tem abordado as questões de gênero em três grandes perspectivas diferentes, sendo elas: i) a neutralidade sexual, onde algumas professoras buscam tratar alunas e alunos de forma igual; ii) a perspectiva da consolidação dos típicos papéis de gênero: onde alguns docentes favorecem, em seus discursos e práticas, a reprodução de preconceitos; e iii) na perspectiva da equidade de gênero: onde, ainda um pequeno número de

professoras, buscam desenvolver atividades diferenciadas, visando atender as necessidades específicas de ambos os sexos.

De modo a esclarecer a diferença que há entre o que é denominado de “ideologia de gênero” e “estudos de gênero”, Furlani (2016) considera que é necessário que se compreenda que todos os seres humanos possuem um sexo e um gênero. Enquanto o “sexo” é o conjunto dos atributos biológicos, anatômicos, físicos e corporais que nos definem menino/homem ou menina/mulher, o gênero é tudo aquilo que a sociedade e a cultura esperam e projetam em matéria de comportamento, oportunidades, capacidades, entre outros aspectos, para o menino e para a menina.

Segundo a autora, originalmente, os argumentos sobre a influência da sociedade e da cultura no conjunto das definições que nos dizem o que é “ser homem” e o que é “ser mulher” se iniciaram nas ciências sociais e humanas, como sociologia, história, filosofia e antropologia e cada vez mais os estudos de gênero se constituem num campo efetivamente multidisciplinar, composto por várias abordagens que estão presentes nas diversas ciências (naturais, exatas, jurídicas, da saúde, comunicação, do esporte etc.). Estes estudos estão presentes em discussões referidas também a outras identidades, como raça-etnia, classe social, religião, nacionalidade, condição física, orientação sexual etc., sendo, por isso, chamados de estudos de interseccionalidade. Inegavelmente, a temática de gênero está na base dos direitos humanos e na justificativa das políticas de amparo às mulheres, o que se repercute em leis sobre direitos sexuais e reprodutivos, aborto e respeito à populações Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT).

A partir da Constituição Federal de 1988 e mais particularmente após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB/1996 hoje vigente, inúmeras normatizações foram estabelecidas, nas quais a presença da preocupação com as questões de gênero e sexualidade voltadas ao ensino das crianças estiveram presentes. O primeiro registro que cabe destacar neste sentido é uma política de governo dos anos 1990, proposta pelo Ministério de Educação – MEC, que construiu os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (Brasil, 1997).

Esta proposta constituiu-se numa referência para a educação básica de todo o país, com o objetivo de orientar o currículo nacional, seus conteúdos e didática de ensino. Como proposta de governo, não se constituiu em normatização obrigatória em termos legais, mas foi amplamente difundida pelo Ministério de Educação - MEC, e adotada pelas escolas em todo o país.

Tal proposta explicitou a temática de gênero e sexualidade, ao incorporar dentre os denominados “temas transversais”, indicação à orientação sexual, a qual deveria ocorrer com atividades tanto dentro da programação como fora desta, sempre que suscitada. Posteriormente, em

atendimento à LDB/1996, e com a finalidade de constituir-se efetivamente enquanto uma política de Estado e não apenas de governo, assistiu-se no país, à construção de Diretrizes Curriculares Nacionais para toda a Educação Básica e também para o Ensino Superior. Estas diretrizes representam hoje a orientação legal para o funcionamento dos processos de ensino nas escolas e nas instituições de ensino superior

O estudo que aqui desenvolvemos pretendeu focalizar especialmente estas diretrizes naquilo que dizem respeito ao ensino de gênero e sexualidade, por considerar a importância destes textos orientadores para o desenvolvimento das políticas educacionais referentes às atividades escolares junto às crianças. Considerando o contexto esboçado e, como professora que sou na educação infantil, percebo cada vez mais que a educação nas perspectivas de gênero e de sexualidade é um dos grandes desafios para os/as educadores/as. Representam fenômeno peculiar à condição humana, exigindo portanto ser pensadas e discutidas desde a infância, tendo como base os direitos humanos. Se a educação escolar deixar de lado tais perspectivas em seus processos educativos, crianças e adolescentes correm o risco de se tornarem vítimas de tudo o que pode implicar um processo de deseducação sexual.

Sobre esse aspecto, Graupe e Sousa (2015) destacam que dialogar sobre gênero no contexto escolar implica, na maioria das vezes, debater sobre diferentes concepções, opinião sobre o que esperamos de cada gênero. É um exercício que exige conhecimento teórico-metodológico no que se refere à temática para que possam ser identificados os argumentos pautados em concepções conservadoras, machistas, sexistas, homofóbicas, heterossexistas, racistas, classistas, etc.

Tomando como ponto de partida tais desafios, foi considerada a importância de inquirir sobre as questões de gênero e sexualidade em estudos já realizados, mas principalmente na legislação educacional que diz respeito tanto às diretrizes curriculares nacionais para o ensino nas etapas escolares que atendem a infância, como aquelas que dizem respeito à formação dos profissionais da educação para estas etapas.

Oliveira e Campos (2015), realizaram um levantamento bibliográfico trazendo para o debate pesquisas envolvendo profissionais da educação infantil em relação à temática de gênero e diversidade sexual, com o objetivo de contribuir para a formação inicial e continuada de graduandas /os de licenciatura em pedagogia. As pesquisas indicaram, significativamente e de um modo geral, ausência de conhecimento acerca de conceitos de gênero, bem como a inexistência da discussão desses temas nas instituições educacionais onde ocorreram. Tal fato resulta efetivamente em uma lacuna na formação acadêmica de profissionais que poderiam pensar o dia a dia com as crianças sem reproduzir práticas preconceituosas, sejam elas raciais, sociais, sexuais. Segundo as autoras fica

evidente a necessidade de intervenções mais pontuais e significativas nas práticas diárias dos profissionais que deixaram explícito o distanciamento em relação ao tema gênero e diversidade.

O esclarecimento sobre gênero e o respeito à orientação sexual de qualquer ser humano, são condições fundamentais para um país livre da violência preconceituosa ou seja, para o desenvolvimento de um país mais respeitoso, mais pacífico e mais feliz. Embora genérica, esta foi uma forte razão para realizar o estudo pretendido, de indagar sobre o que diz a legislação a respeito da temática. A legislação é corajosa e incisiva? Permite aos profissionais desenvolver um trabalho contra a reprodução dos preconceitos? Ou trata do tema com receio de ferir determinadas suscetibilidades daqueles que não encaram de frente os direitos humanos na sua plenitude? De alguma forma este estudo poderá contribuir para destacar as lacunas e também as possibilidades já existentes na legislação para que docentes tenham respaldo e orientação voltados ao oferecimento de conhecimento capaz de contribuir para a formação de cidadãos plenos e conscientes.

A constatação empírica e também na literatura sobre a complexidade da temática e sua histórica ausência nas atividades formativas em cursos regulares de formação docente e também nas salas de aula frequentadas pelas crianças, tornou evidente a pertinência de realizar o estudo aqui proposto para poder avançar no entendimento dos desafios que hoje se apresentam às políticas educacionais de gênero e sexualidade nas escolas. O que está hoje previsto na legislação já representa um possível avanço? Induz atividades positivas? Ou apenas retrata um conservadorismo já instalado na sociedade em relação às bandeiras dos movimentos feministas e daqueles relacionados às opções sexuais? Diante destes questionamentos podemos identificar que no âmbito das relações sociais, o tema gênero está presente sim, na escola, dentro da perspectiva da pedagogia da equidade que, segundo Graupe (2010),

(...) pretende oferecer aos meninos e as meninas condições para que elas possam descobrir e desenvolver seu pleno potencial. Para que a pedagogia da equidade possa ser posta em prática é necessário que as professoras tenham conhecimentos sobre as relações de gênero e as diferenças culturais existentes na escola, e a consciência que estas influenciam no desenvolvimento das estudantes. A abordagem dos temas relações de gênero e diferenças culturais na escola pode proporcionar a desconstrução e reconstrução das regras e normas necessárias para a convivência entre os diferentes, sem preconceitos e sem estereótipos e discriminação. Trabalhar essas temáticas no campo educacional permite vislumbrar que a educação pode contribuir na constituição de uma sociedade mais justa e igualitária para ambos os sexos. (GRAUPE, 2010, p.7)

A presente investigação, articulada à questão da garantia dos direitos humanos e das políticas educacionais que podem contribuir para assegurar tais direitos, particularmente nos aspectos que se relacionam à identidade de gênero, diversidade sexual e ao respeito às diferenças, parte, em síntese, do seguinte questionamento: como se apresenta a temática de gênero e

sexualidade na legislação educacional atual, voltada para educação da infância? Tal questionamento tem por finalidade ampliar a discussão e a compreensão do desafio que se coloca para a formação docente e para as atividades escolares frente ao atendimento à legislação atual, ou necessidade de ir além daquilo que ela até agora foi capaz de evidenciar no sentido da superação de injustiças que ferem os direitos humanos no que diz respeito à temática de gênero e sexualidade.

### **1.3 Objetivo Geral**

Analisar como se apresenta a temática de gênero e sexualidade na legislação educacional de 1996 a 2016, voltada para a educação de crianças e para a formação de suas professoras.

### **1.4 Objetivos específicos**

Com o intuito de investigar a problemática do estudo, a partir do objetivo geral, elegemos os seguintes objetivos específicos, que orientaram a construção desta dissertação:

- Construir um panorama sobre os estudos de gênero e sexualidade atualmente disponíveis;
- Destacar, na legislação vigente e em documentos governamentais pertinentes ao currículo e ao ensino de crianças, as referências que constam sobre a temática;
- Identificar elementos desafiadores para a formação do docente para a educação de crianças relacionados a gênero e sexualidade.

### **1.5 Caminhos e delimitações teórico-metodológicas da investigação**

Preferimos ampliar o conceito de metodologia, considerando-a para além de um conjunto de procedimentos. Assim, é possível definir metodologia como ações realizadas para coletar os dados da pesquisa sem perder de vista a sua coerência epistemológica e a rigorosidade metodológica (SEVERINO, 2016).

Nessa perspectiva, a metodologia é o caminho que foi utilizado para estruturar a pesquisa e alcançar os objetivos traçados no projeto de trabalho. Penso ser importante destacar que, ao mesmo tempo em que a investigação pretendeu não perder de vista o seu caráter científico, isto é, a busca do conhecimento, também não deixou de entender sua profunda articulação com uma dimensão política, ao lidar com seu caráter de contribuição social e de implemento de políticas que podem vir a favorecer melhorias nas estruturas do universo pesquisado. Ela tem posição frente à

temática desde o seu início e não dispensa o entendimento de que um trabalho científico, não é neutro nos seus princípios de ver o mundo e de entender os direitos humanos.

Como nos ensina Severino (2016), construir o futuro a partir do presente é algo fundamental. Na perspectiva de luta pelos direitos humanos e justiça social sabemos que é preciso investir em políticas educacionais intrinsecamente voltadas para os interesses humanos da sociedade, visando à superação intencional e planejada de forças de exclusão social. Segundo o autor, isso nos permite aduzir que o desenvolvimento da educação numa sociedade historicamente determinada, não é questão apenas do domínio e da aplicação de novos saberes e de tecnologias sofisticadas. É muito mais do que isso.

O conhecimento construído na realização de uma investigação não dará e nem deve pretender dar conta da totalidade de um fenômeno ou de um processo, pois a compreensão será sempre a visão a partir de uma perspectiva. Desde a definição dos critérios de escolha, de interpretação dos dados, até o olhar de quem faz a pesquisa, o campo da educação envolve múltiplos fatores para a sua compreensão (GATTI, 2012). Desse modo, a presente pesquisa nos provoca a refletir sobre as concepções que estão em vigor nos documentos nacionais curriculares, que se refletem mais ou menos diretamente nas práticas educativas.

Após apresentar aspectos mais gerais sobre a pesquisa em Educação, dedicamo-nos a discutir sobre os pressupostos teórico-metodológicos que orientam nossa pesquisa: os estudos de uma Pedagogia da Infância e a Técnica de Análise de Conteúdo.

Assumir a intenção de realizar um trabalho de investigação de políticas educacionais na perspectiva histórico-crítica, nos obriga, no entanto, a não abrir mão da dialética expressa no materialismo histórico “[...]que é justamente a concepção que procura compreender e explicar o todo desse processo, abrangendo desde a forma como são produzidas as relações sociais e suas condições de existência até a inserção da educação nesse processo” (SAVIANI, 2013, p.119-120).

O método de análise, portanto, nesta perspectiva, está vinculado a uma concepção de realidade que se preocupa com a explicitação de como se produz concretamente um determinado fenômeno social. Isto implica em considerar, acima de tudo, as forças reais que constituem o fenômeno que pretendemos estudar, ou seja, seu caráter histórico. Implica em entender que uma nova síntese tanto no plano do conhecimento como da ação provem da crítica à realidade encarada na sua história. Conforme nos ensina Kosik (1976), ao tratar do fenômeno, o método dialético parte do entendimento que o fenômeno que está sendo estudado não se manifesta imediatamente ao homem: para chegar à sua compreensão é necessário fazer o que o autor denomina de um *detour*.

O *detour*, segundo o autor, e isto interessa particularmente ao nosso estudo, significa a reflexão teórica sobre a realidade, que não é uma reflexão diletante, mas uma reflexão que pretende a transformação, ou nas palavras já citadas de Severino, tem em vista o futuro.

Estas reflexões metodológicas são orientadoras do processo que estamos tentando encaminhar na investigação realizada. Iniciamos o processo fazendo um resgate da produção teórica conceitual do conhecimento já produzido sobre a problemática em pauta. Necessário frisar que antes do ingresso no curso de mestrado realizamos um curso de especialização na área de Gênero e Sexualidade denominado “Gênero e Diversidade na Escola (GDE)” oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. O objetivo principal do curso foi oportunizar aos profissionais da rede pública de Educação Básica conhecimentos acerca da promoção, do respeito e da valorização da diversidade étnico-racial, de orientação sexual e identidade de gênero, colaborando para o enfrentamento da violência sexista, étnico-racial e homofóbica no âmbito das escolas.

O curso Gênero e Diversidade na Escola – GDE abordou a promoção da equidade de gênero e do reconhecimento da diversidade de orientação afetivo-sexual e/ou identidade de gênero, destacando o respeito à diversidade étnico-racial, o enfrentamento ao preconceito, à discriminação e à violência relacionada ao racismo, ao sexismo e à homofobia. O curso forneceu elementos para transformar as práticas de ensino, desconstruir preconceitos e romper o ciclo de sua reprodução pela/na escola. Por meio deste curso, adquirimos instrumentos para analisar e lidar com as atitudes e comportamentos que envolvem as relações de gênero e étnico-raciais, além das questões sobre sexualidade no cotidiano da escola. O estudo realizado como trabalho de conclusão de curso investigou os debates no congresso nacional relativos à inserção do tema gênero e sexualidade na legislação educacional entre os anos de 2010 e 2015. No decorrer do estudo, verificamos a caracterização dos discursos favoráveis e contrários, a inserção do tema gênero e sexualidade na legislação educacional, bem como o perfil de seus atores; conhecemos o contexto e os princípios políticos mais evidenciados por cada partido. Esta experiência foi o que direcionou a intenção de dar continuidade ao tema aqui desenvolvido.

O mestrado realizado permitiu uma continuidade no estudo da temática, ao mesmo tempo que o meu trabalho em turmas de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, possibilitou maior sensibilidade ao objeto de análise.

Para melhor compreender a questão de fundo que moveu esta pesquisa, foi realizado o aprofundamento do referencial teórico a respeito de gênero e sexualidade. Envolveu essencialmente um estudo bibliográfico, que possibilitou ampliar as ideias iniciais constantes no projeto de

investigação. Neste sentido buscamos textos mais conceituais de autores da área e desenvolvemos a reflexão apresentada no capítulo 2 deste trabalho.

Esta exploração inicial permitiu a definição dos descritores para que pudéssemos fazer a busca de trabalhos de pesquisa afinados com a temática, estudo também apresentado no capítulo 2. Tentamos não perder de vista o nosso ponto de partida teórico ao realizar o percurso no qual encontramos uma multiplicidade de autores(as) e de abordagens teóricas provenientes de diversas áreas do conhecimento.

Para realizar o levantamento, foi delimitado um conjunto de descritores. A partir destes descritores, buscou-se no banco de dados da CAPES, teses e dissertações publicadas entre os anos de 1996 a 2016, nas áreas Educação, Saúde e Ciências Sociais e Humanidades. Tais áreas foram selecionadas considerando que poderiam apresentar trabalhos de interesse para o nosso estudo.

Foi organizado um quadro para cada descritor, contendo o ano da publicação, o tipo de produção, a instituição, o título da produção e as palavras-chave. O levantamento geral totalizou em 178 trabalhos: 139 na área da Educação; 15 na área da Saúde; 24 na área das Ciências Sociais e Humanas.

Definiu-se, na continuidade do estudo, dada a necessidades de dar um foco mais atualizado e específico do trabalho, realizar a leitura apenas dos resumos dos trabalhos publicados na grande área da educação circunscrita aos anos de 2012 a 2016. A leitura dos resumos serviu para dimensionar os conteúdos do que tratavam as pesquisas. Esses resumos apresentaram subsídios para selecionarmos aqueles trabalhos que mais se aproximaram do objeto da investigação. Em alguns momentos se fez necessária uma pré-sondagem da produção na sua totalidade, justamente pelo fato de que muitos resumos estavam carentes de informações acerca da intencionalidade da produção. Após esta leitura dos resumos, foram selecionadas as cinco produções consideradas mais representativas de trabalhos com relação ao tema definido para a pesquisa.

Para destacar as referências que constam sobre a temática, na legislação vigente pertinente ao currículo e ao ensino de crianças, fizemos o que pode ser denominado de “estudo de legislação”. Segundo Martins (2002), a legislação da educação pode ser classificada como o corpo ou conjunto de leis e normas referentes à educação, seja ela exclusivamente voltada ao ensino ou às questões que dizem respeito aos demais aspectos da matéria educacional. Como o tema da presente dissertação está diretamente relacionado com a Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais) e à formação de seus professores, selecionamos as seguintes regulamentações que dizem respeito às diretrizes curriculares nacionais : Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; Resolução nº 7, de 14 de dezembro de

2010, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos; e a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura.

Selecionadas as três resoluções, fez-se uma leitura geral destas peças legislativas tomando como categorias de análise as referências aos termos: gênero, sexualidade, diversidade. Com base nestas categorias elaborou-se, para cada uma das resoluções, um quadro ilustrativo, apontando as indicações para o trabalho do professor nas três resoluções, e ao mesmo tempo vendo criticamente que as indicações não colocavam muito claramente os conteúdos e a abertura para um trabalho mais crítico ou aprofundado sobre a temática.

A partir deste contexto, realizamos a análise dos documentos legislativos selecionados para nos aproximar da compreensão daquilo que a atual legislação indica. Nesse sentido, segundo Saviani (1980),

(...) o estudo da legislação se revela um instrumento privilegiado para a análise crítica da organização escolar porque, enquanto mediação entre a situação real e aquela que é proclamada como desejável, reflete as contradições objetivas que, uma vez captadas, nos permitem detectar os fatores condicionantes da nossa ação educativa. A partir daí torna-se possível romper com a visão ingênua do processo educativo. (SAVIANI, 1980, p.155)

Tal busca envolveu essencialmente um estudo bibliográfico, que possibilitou ampliar as ideias iniciais constantes no projeto da pesquisa e auxiliaram no seu prosseguimento permitindo um olhar mais apurado para a realização, primeiro, da busca de pesquisas já realizadas afinadas com a temática; e segundo, na busca da análise documental posteriormente realizada. O estudo bibliográfico, é necessário explicitar, não se completou apenas num momento inicial da pesquisa, e sim está acompanhando todo o seu desenvolvimento. O estudo bibliográfico, nas sábias palavras de Trivinos, permite entender até onde outros investigadores têm chegado com suas reflexões, entender os métodos empregados, as dificuldades que tiveram de enfrentar, o que pode e precisa ser ainda melhor entendido e investigado. (TRIVINOS, 1987)

O texto da dissertação apresenta-se na forma de 4 (quatro) capítulos. O primeiro, a introdução, iniciou com a apresentação, a justificativa e este delineamento do caminho metodológico. O capítulo 2 (dois) traz a conjuntura histórica e atual da temática de gênero e sexualidade e sua abordagem na formação escolar utilizando como base autores que debatem o assunto, com a intenção de contextualizar a sua trajetória histórica no país através de uma revisão conceitual e de produção acadêmica.

No terceiro capítulo, tendo como ponto de partida a LDBEN 9394/1996, e as referências que constam sobre a temática sexualidade e gênero nesta lei, são analisados os documentos

posteriores mais significativos de diretrizes para o ensino na educação básica. Para isto, tomaram-se como documentos de análise as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos (RES. CNE/CEB Nº 7, 2010); e as DCN para a Educação Infantil (RES. CNE/CEB Nº5, 2010). A verificação do que indicam estes documentos reguladores com relação ao ensino dos temas relativos à gênero e sexualidade está pontuada neste capítulo.

O quarto capítulo apresenta o estudo das diretrizes para a formação docente no país, e para isso destaca as DCN para o Curso de Pedagogia (RES. CNE/CP Nº 1, 2006), com a finalidade de perceber a margem de inserção da temática na formação inicial dos docentes destinados ao trabalho educativo com a infância. Nesse capítulo, destaca-se o que prevê a referida Lei com relação à formação docente para a infância, evidenciando os desafios que se colocam para o trabalho docente voltado à defesa do direito de educar as crianças para uma compreensão válida e científica em torno do gênero e da sexualidade, num momento de resistência ao movimento Escola sem Partido em expansão no país.

Por fim, são apresentadas as considerações finais da dissertação.

## 2. GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: REVISÃO CONCEITUAL E DE PRODUÇÃO ACADÊMICA

Este capítulo apresenta inicialmente uma breve conceituação de alguns termos fundamentais para o desenvolvimento deste estudo, tais como sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual. A seguir, utilizando determinados autores que debatem o assunto, aprofunda o teor dos estudos de gênero descrevendo um pouco do seu percurso e das suas caracterizações, assim como traz reflexões sobre a compreensão do que é sexualidade.

Num segundo momento, o capítulo dedica-se ao estudo de alguns trabalhos acadêmicos realizados mais recentemente e que se aproximam da temática desta dissertação. São então analisadas 4 dissertações e uma tese de doutorado. Não sem antes explicitar os procedimentos utilizados para captar os estudos selecionados junto ao banco de dados da Capes.

Encerra o capítulo uma necessária reflexão sobre os direitos humanos e o conhecimento escolar para destacar a importância da problemática em estudo para o desenvolvimento de um direito que todas as crianças tem a desenvolver de forma saudável seu pensamento e suas atitudes a respeito das questões de gênero e de sexualidade, sem preconceitos e sem serem violentadas intelectualmente por falsos conteúdos a respeito da temática.

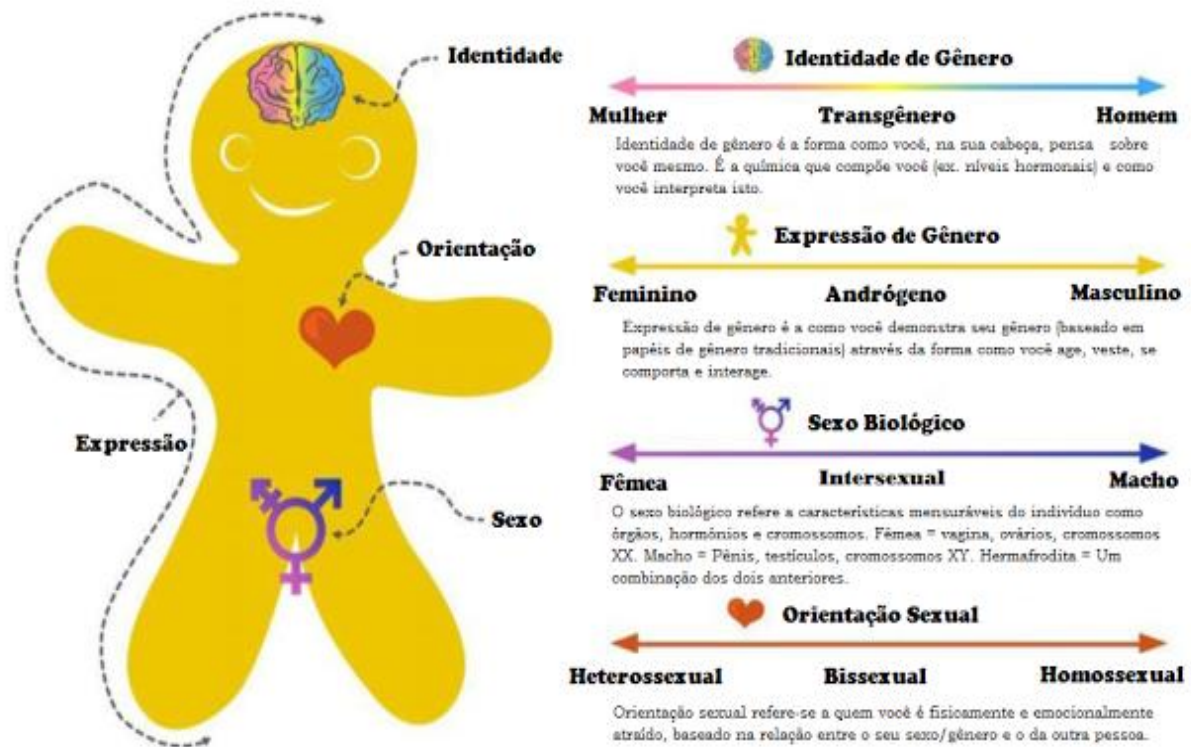
Assim, iniciamos pelo significado de *sexo biológico*, uma das categorias fundamentais nos estudos sobre o tema. O sexo biológico normalmente se refere a características físicas e biológicas dos corpos que são classificados comumente em: machos (associados aos homens); fêmeas (associados às mulheres) e intersex (denominação ao que anteriormente era chamado de hermafroditas) (WOLFF; SALDANHA, 2015).

Já a expressão *identidade de gênero*, refere-se à compreensão de como o indivíduo se enxerga e age, isto é, mesmo que uma pessoa tenha nascido com tal sexo biológico, não obrigatoriamente ela se identifica com o gênero correspondente. Identidade de gênero, portanto, adquire significado relacionado aos aspectos culturais, históricos e sociais, e, segundo Scott (1990), diz respeito à maneira como foram se classificando as pessoas a partir das diferenças percebidas entre os sexos.

A expressão *Orientação sexual*, por sua vez, segundo Wolff e Saldanha (2015) se refere às práticas sexuais das pessoas, que podem ser orientadas para o sexo oposto (heterossexuais), para pessoas do mesmo sexo (homossexuais), para ambos os sexos (bissexuais), para pessoas trans (omni/pansexuais) ou para nenhum sexo (assexuais). Simplificadamente, podemos dizer que esta expressão refere-se por quais categorias de indivíduos uma pessoa sente atração sexual. Tais

classificações também podem se cruzar de formas variadas, da mesma forma que a sexualidade da pessoa pode mudar com o tempo. Para um melhor entendimento a imagem a seguir visualiza tais definições:

## Os termos que expressam nossa sexualidade/afetividade:



**Figura 1** - Definições de termos utilizados nos estudos de gênero e sexualidade (retirada de <https://sororidadeefins.wordpress.com/2014/10/28/glossario-conceitos-basicos-sobre-genero-e-sexualidade/>)

A figura deixa clara a diferença entre identidade de gênero e suas expressões, algo que precisa ser completamente compreendido quando pretende-se falar sobre os aspectos de gênero e sexualidade humana.

Neste capítulo, aprofundaremos alguns aspectos da temática de gênero e sexualidade e sua abordagem na formação escolar, utilizando como base autores que debatem o assunto. Nossa intenção é contextualizar a questão principalmente no país através de uma revisão conceitual e de produção acadêmica.

## 2.1 Conceituando os estudos de Gênero

Os estudos de gênero vão acompanhar de alguma maneira esse “desenvolvimento” operado pelos movimentos feministas em seus matizes diversos entrecruzados com outras lutas e movimentos. Uma primeira formulação da noção de gênero apresentava uma diferença inata entre homens e mulheres. Porém, entre 1960 e 1970, começam a aparecer discussões que concebiam o gênero não mais como fruto de questões inatas, mas sim, de forças sociais, de aprendizado cultural, das diferentes formas de socialização de homens e mulheres. Essa abordagem, apesar das rupturas em relação à concepção essencialista de gênero, ainda traz considerações tradicionais de feminino e masculino, permanecendo a dicotomia entre os supostos gêneros (Nogueira, 2001).

Assim cabe destacar que a palavra “gênero” emerge no campo de saber da biologia utilizada pelo biólogo estadunidense John Money em 1955 num sentido próximo do atual para enfatizar os aspectos sociais do sexo. Esse afrontamento das ideias essencialistas e neutralizadoras das diferenças sexuais possibilitaram que o “gênero” fosse engendrado como objeto de estudo no interstício dos “Estudos da mulher”, objeto central do feminismo.

Esse deslocamento foi possível a partir da crítica que emergia nesse período aos universalismos nas diferentes disciplinas que se dedicavam ao “estudo das mulheres” (como a História, a Sociologia, a Psicologia, as Ciências Humanas, a Filosofia, a Educação etc.).

A historiadora Scott (1995) ao argumentar sobre gênero como “uma categoria útil de análise histórica “destaca que a emergência dessa categoria como objeto de estudo do feminismo e como categoria de análise tem implicações importantes na história e nas ciências humanas em geral.

Conforme Scott (1995, p73),

“[...] o “gênero” era um termo proposto por aquelas que defendiam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina”.

As pesquisas feministas abririam espaço para escrever uma nova história, colocando em debate seus próprios temas de análise e os pressupostos epistemológicos e práticos dos trabalhos científicos realizados. Dessa forma, de acordo com Scott (1995), o feminismo centralizando sua análise no sujeito (mulher) se desloca para as relações entre os sujeitos (entre mulheres e homens, mulheres e mulheres) forjando uma perspectiva relacional na qual gênero se constitui como categoria de análise.

Assim, a categoria gênero passa a ser utilizada nas pesquisas feministas atrelada no desdobramento da assim denominada “segunda onda” do feminismo, no final da década de 1960, ainda no século XX. Os estudos iniciais que tomam gênero como objeto e categoria de análise se preocupavam em narrar uma história dos oprimidos, relacionando classe, raça e gênero e em descrever as características ditas femininas, mas seus maiores esforços estavam concentrados em denunciar a condição de subordinação das mulheres nos diversos âmbitos sociais (LOURO, 1997).

As análises iniciais que tomaram a categoria analítica de gênero serviam para colocar algumas questões conceituais que fundamentaram os debates futuros, trazendo dos bastidores para o palco do movimento feminista, as questões de gênero no embate com os estudos da mulher. A partir daí, os debates e polêmicas passaram a acenar para mudanças analíticas significativas ao questionarem as desigualdades sociais justificadas pela distinção biológica (LOURO, 1997)

A categoria “gênero” tem sido usada, atualmente, como um instrumento de análise da sociedade, servindo, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado. No entanto, como veremos, nenhum indivíduo existe sem relações sociais, isto desde que se nasce. Portanto, sempre que estamos referindo-nos ao sexo, já estamos agindo de acordo com o gênero associado ao sexo daquele indivíduo com o qual estamos interagindo.

O conceito de gênero chegou até nós através das pesquisadoras norte-americanas que passaram a usar a categoria "gender" para falar das "origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres". A ênfase colocada na "origem social das identidades subjetivas" não é gratuita. De fato, não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e de mulheres, apesar das inúmeras regras sociais calcadas numa suposta determinação biológica diferencial dos sexos usadas nos exemplos mais corriqueiros, como “mulher não pode levantar peso” ou “homem não tem jeito para cuidar de criança”. (GROSSI, 2012, p.4)

A teoria de Judith Butler é peculiar, principalmente por aprofundar os estudos de gênero, a partir daquilo que é incomum. Ela é uma das pensadoras da Teoria Queer (ninguém nasce “homem” ou “mulher”, mas aprende a desempenhar esses papéis). Ou seja, a teoria sustenta que os gêneros são socialmente construídos. Para a pensadora, haveria técnicas que determinam como um indivíduo vai viver em sociedade segundo normas específicas de “ser homem” ou “ser mulher”, reforçando o binarismo. Butler, ao contrário, acredita que a identidade deve ser vista como livre e flexível.

Segundo Scott (1997), gênero é uma percepção sobre as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças dentro de uma maneira de pensar engessada e dual, a autora não nega que existem diferenças entre os corpos sexuais. O que interessa a ela são as formas como se

constroem significados culturais para essas diferenças, dando sentido para essas e, conseqüentemente, posicionando-as dentro de relações hierárquicas. Temos, portanto, a tal utilidade analítica de gênero: a possibilidade de nos aprofundar nos sentidos construídos sobre os gêneros masculino e feminino, transformando “homens” e “mulheres” em perguntas, e não em categorias fixas, dadas de antemão. Na definição de Scott, é necessário desconstruir os vícios do pensamento ocidental e relativizar as definições de masculino e feminino, buscando principalmente um novo olhar sobre os símbolos e as linguagens.

O termo “gênero” começou a ser utilizado nos anos 80 do século XX pelas feministas americanas e inglesas, para justificar a desigualdade entre homens e mulheres materializada em discriminação e intolerância das mulheres. O gênero, portanto, não tem uma necessária relação com o sexo biológico, ou seja, um indivíduo que nasce macho não necessariamente terá uma identidade de gênero masculina. Neste sentido, ainda é difícil pontuar quantos tipos de gêneros existem, pois acredita-se que alguns nem foram catalogados, já que podem variar de acordo com a cultura.

É comum que a sociedade tenha uma ideia confusa acerca das definições de sexo e gênero. Alguns autores sustentam que a falta de clareza sobre esses termos pode justificar preconceitos e prejudicar as intervenções em políticas de promoção às diversidades.

Cruz (2012) entende que o termo “sexo” faz referência ao órgão genital com que se nasce, sendo possível classificá-lo em macho, fêmea e hermafrodita. Esta definição biológica, segundo a autora, é necessária para estudarmos a reprodução das espécies. Já o gênero faz referência à construção psicológica, social e cultural sobre as características que os indivíduos acabam inserindo na sua vida. A sociedade produz e reproduz historicamente os papéis de gênero, ou seja, o que se espera socialmente de uma criança que nasça com determinado sexo.

Uma criança que nasce com sexo de fêmea ou macho é idealizada desde antes do nascimento como alguém que terá cabelos longos, usará a cor rosa, terá determinado nome, será recatada e emotiva (no caso das mulheres) ou será forte, inteligente, saberá jogar futebol e dirigir bem (no caso dos homens). O comportamento sexual das crianças também será, no futuro, permeado pelas relações sociais, pelas crenças e valores culturais e religiosos.

A diversidade de gênero é bastante complexa e ainda distante das discussões tanto no que diz respeito à formação inicial quanto na continuada dos docentes para a educação básica,

## **2.2 Definindo Sexualidade**

Sexualidade é tema complexo, contestado e de difícil definição. Frequentemente é alvo de tabus, repressões, distorções e tentativas de limitá-lo exclusivamente a algo relacionado a sexo

biológico e de reprodução. Sua conceituação depende, portanto, particularmente do ponto de vista em que é situado: o psicológico, o antropológico etc.

Como é um conceito que depende de inúmeros fatores, sexualidade é um termo que dificilmente corresponde a uma definição única e absoluta. Sexualidade é uma característica geral experimentada por todo o ser humano e não necessita de relação exacerbada com o sexo, uma vez que se define pela busca de prazeres, sendo estes não apenas os explicitamente sexuais. Pode-se entender como constituinte de sexualidade, a necessidade de admiração e gosto pelo próprio corpo, por exemplo, o que não necessariamente significa uma relação narcísica de amor incondicional ao ego.

Dessa forma, existem diferentes abordagens do tema que variam de acordo com concepções e crenças. Em alguns lugares pode-se encontrar visões preconceituosas sobre o assunto. Em outros, é discutido de forma livre e com grande aceitação de diferentes olhares. Algumas vertentes da psicologia, como a psicanálise Freudiana, consideram a existência de sexualidade na criança já quando nasce. Propõe a passagem por fases (oral, anal, fálica) que contribuem ou definem a constituição da sexualidade adulta que virá a desenvolver-se posteriormente.

Muitas vezes o conceito de sexualidade é confundido com o do sexo propriamente dito. É importante salientar que um não necessariamente precisa vir acompanhado do outro. Cabe a cada um decidir qual o momento propício para que esta sexualidade se manifeste de forma física e seja compartilhada com outro indivíduo através do sexo, que é apenas uma das suas formas de se chegar à satisfação desejada.

A palavra “sexualidade”, de acordo com Fávero (2009), nos remete a um universo onde tudo é relativo, pessoal e muitas vezes incoerente. Pode-se dizer que é o traço mais íntimo do ser humano e como tal, se manifesta diferentemente em cada indivíduo de acordo com o cotidiano e as experiências vivenciadas por cada um. A noção de sexualidade como busca de prazer, descoberta das sensações proporcionadas pelo contato ou toque, atração por outras pessoas (de sexo oposto e/ou do mesmo sexo) com intuito de obter prazer pela satisfação dos desejos do corpo, entre outras características, é diretamente ligada e dependente de fatores genéticos e principalmente culturais. O contexto influi diretamente na sexualidade de cada um.

### **2.3 Gênero, sexualidade e educação: produção acadêmica no Brasil**

As teses e dissertações são importantes fontes de informação científica e tecnológica e podem auxiliar no desenvolvimento de pesquisas, suscitando trabalhos consistentes, de confiança e

qualificáveis. Este item pretende explicitar a análise que realizamos da produção acadêmica no Brasil, no que diz respeito à temática gênero, sexualidade e educação.

### 2.3.1 A seleção

O levantamento de produção científica, método de pesquisa que se realiza por meio de revisão bibliográfica sobre a produção de determinada temática em uma área de conhecimento específica, busca identificar as teorias que dão base aos trabalhos e sua construção, os procedimentos empregados nas pesquisas realizadas, o que não está em discussão e precisa ser pautado, as problematizações levantadas, sua contribuição científica e social, entre outros temas. (SILVA; CARVALHO, 2014)

Ao realizar este levantamento, foi delimitado, inicialmente, um conjunto de três descritores: i) educação infantil, sexualidade, gênero, formação docente; ii) gênero e sexualidade, formação de crianças; e iii) formação docente para a infância, gênero e sexualidade, políticas públicas, legislação. A partir destes descritores, buscou-se no banco de dados da CAPES, teses e dissertações publicadas entre os anos de 1996 a 2016, nas áreas Educação, Saúde e Ciências Sociais e Humanidades. Tais áreas foram selecionadas considerando a sua proximidade com a temática em estudo.

Para o primeiro descritor (educação infantil, sexualidade, gênero, formação docente), foram selecionados 62 trabalhos, sendo eles distribuídos entre os anos de 1996 até 2016. Destes, 53 trabalhos encontrados são da área da Educação, 02 trabalhos da área da Saúde e 07 da área de Ciências Sociais e Humanidades, conforme a tabela abaixo, (Tabela 1):

**Tabela 1 – Resultado do levantamento no banco de dados da Capes do descritor i) educação infantil, sexualidade, gênero, formação docente, entre ao anos 1996 a 2016, nas três áreas selecionadas.**

ANO	RESULTADO GERAL	ÁREA		
		EDUCAÇÃO	SAÚDE	SOCIAIS E HUMANIDADES
2016	0	0	0	0
2015	05	04	0	01
2014	02	02	0	0
2013	06	06	0	0
2012	05	03	01	01
2011	02	02	0	0
2010	07	06	0	01
2009	02	01	01	0

2008	03	03	0	0
2007	03	02	0	01
2006	01	0	01	0
2005	02	02	0	0
2004	01	01	0	0
2003	02	01	0	01
2002	04	04	0	0
2001	01	01	0	0
2000	01	0	01	0
1999	0	0	0	0
1998	0	0	0	0
	0	0	0	0
1996	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>47</b>	<b>38</b>	<b>04</b>	<b>05</b>

Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

De acordo com a Tabela1, podemos verificar que a grande parte dos trabalhos encontrados estão situados na grande área da Educação.

No segundo descritor (gênero e sexualidade, formação de crianças), foram localizados 69 trabalhos publicados entre os anos de 1996 até 2016, divididos entre as áreas de Educação (48), Saúde (09) e Ciências Sociais e Humanidades (12), representados na Tabela 2.

**Tabela 2 – Resultado do levantamento no banco de dados da Capes do descritor ii) gênero e sexualidade, formação de crianças, entre ao anos 1996 a 2016, nas três áreas selecionadas.**

ANO	RESULTADO GERAL	ÁREA		
		EDUCAÇÃO	SAÚDE	SOCIAIS E HUMANIDADES
2016	02	02	0	0
2015	06	06	0	0
2014	07	05	0	02
2013	07	07	0	0
2012	08	04	02	02
2011	05	04	01	0
2010	06	04	0	02
2009	05	02	02	01
2008	06	05	0	01
2007	02	02	0	0
2006	02	02	0	0
2005	04	02	01	01
2004	01	01	0	0

2003	0	0	0	0
2002	03	01	01	01
2001	0	0	0	0
2000	02	0	02	0
1999	02	0	0	02
1998	0	0	0	0
1997	01	01	0	0
1996	00	00	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>48</b>	<b>09</b>	<b>12</b>

Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

Também em relação a este descritor, a área contemplada com o maior número de trabalhos é a da grande área da Educação (48 trabalhos).

E para o terceiro conjunto de descritores (formação docente para a infância, gênero e sexualidade, políticas públicas, legislação), foram localizados 47 trabalhos, destes, 38 são da área da Educação, 04 da área da Saúde e 05 da área das Ciências Sociais e Humanidades (demonstrados na Tabela 3).

**Tabela 3 – Resultado do levantamento no banco de dados da Capes do descritor iii): formação docente para a infância, gênero e sexualidade, políticas públicas, legislação; entre ao anos 1996 a 2016, nas três áreas selecionadas.**

ANO	RESULTADO GERAL	ÁREA		
		EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO	SOCIAIS E HUMANIDADES
2016	0	0	0	0
2015	05	04	0	01
2014	02	02	0	0
2013	06	06	0	0
2012	05	03	01	01
2011	02	02	0	0
2010	07	06	0	01
2009	02	01	01	0
2008	03	03	0	0
2007	03	02	0	01
2006	01	0	01	0
2005	02	02	0	0
2004	01	01	0	0
2003	02	01	0	01
2002	04	04	0	0
2001	01	01	0	0
2000	01	0	01	0
1999	0	0	0	0
1998	0	0	0	0

1997	0	0	0	0
1996	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>47</b>	<b>38</b>	<b>04</b>	<b>05</b>

Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

O levantamento geral totalizou em 178 trabalhos, sendo 139 na área da Educação; 15 na área da Saúde; 24 na área das Ciências Sociais e Humanas. Com base nesta busca inicial foi organizado um quadro para cada descritor, contendo o ano da publicação, o tipo de produção (tese ou dissertação), a instituição, o título da produção e as palavras-chave, que constam dos Apêndices 1, 2 e 3.

Definiu-se, na continuidade do estudo, realizar a leitura dos resumos apenas dos trabalhos publicados na grande área da educação circunscrita aos anos de 2012 a 2016. Tal decisão deu-se por considerar os trabalhos da área da educação a partir do ano de 2012 mais afinados com a temática do estudo.

Após a aplicação de diferentes filtros de busca, a identificação das palavras-chaves, a leitura dos resumos, serviu para dimensionar o conhecimento do que tratavam as pesquisas. Esses resumos apresentaram subsídios para selecionarmos aqueles trabalhos que mais se aproximaram do objeto de estudo. Em alguns momentos se fez necessária uma pré-sondagem da produção na sua totalidade, justamente pelo fato de que muitos resumos estavam carentes de informações acerca da sua intencionalidade.

Após a leitura dos resumos, foram selecionadas as cinco produções consideradas mais representativas de trabalhos com relação ao tema definido para a pesquisa (Quadro 1). Das cinco produções escolhidas para análise, três delas estão relacionadas com o primeiro descritor (educação infantil, sexualidade, gênero, formação docente), uma com o segundo (gênero, sexualidade e formação de crianças) e uma com o terceiro (formação docente para a infância, gênero e sexualidade, políticas públicas, legislação). Trata-se de quatro dissertações e uma tese; duas publicadas no ano de 2013 e três delas no ano de 2015.

**Quadro 1 – Produções selecionadas para análise contemplado o período de 2012 a 2016, Área da Educação:**

TÍTULO	ANO	TIPO	OBJETIVO GERAL	AUTORES DE REFERÊNCIA	PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	ABORDAGEM METODOLÓGICA
Concepções e práticas dos educadores	2013	Tese	Conhecer as concepções e as práticas dos	Foucault (1977, 1984, 1985, 1988,	(a) pesquisa com observação participante;	

sobre sexualidade e gênero na educação infantil			educadores sobre gênero e sexualidade das crianças, de modo a pensar em novas formas que possam melhorar as ações educativas desses profissionais no universo escolar infantil.	2001, 2004, 2005). Freud (1996, 2006). Louro (1992, 1995, 1997, 2000, 2001, 2007, 2008, 2009, 2010) Scott (1990, 1998).	(b) coleta de informações, registro de observações livres e narrativas das crianças e da equipe pedagógica; (c) discussões e trocas de conhecimentos na formação continuada dos educadores; (d) situações-problema sobre os temas gênero e sexualidade na escola; (e) análise de material bibliográfico.	Não consta no resumo.
Entre o real e o imaginário: problematizando o currículo do curso de licenciatura em pedagogia em relação a gênero e sexualidade	2013	Dissertação	O objetivo do estudo foi analisar o currículo e os discursos que emergem do curso de Pedagogia no que se refere às relações de gênero, sexualidade e formação docente.	Abramovay (2004, 2009). Foucault (2002, 2004, 2006). Freire (1996, 2011). Furlani (2009, 2011). Louro (1997, 1998, 2000, 2001, 2003, 2009, 2010, 2011).	Foram realizadas análises documentais e entrevistas semiestruturadas com seis professores (as) do curso de Pedagogia.	As perspectivas adotadas como inspiração no delineamento teórico-metodológico deste estudo entrelaçam-se as correntes teóricas denominadas pós-críticas
Representações de gênero e de sexualidade nas brincadeiras infantis e na docência: discurso, consolidação, resistência e ambivalência	2015	Dissertação	Analisar as representações expostas pelas docentes de um Centro Municipal de Educação Infantil, referentes às temáticas de gênero e de sexualidade no cotidiano de alunas e de alunos, em suas brincadeiras livres e espontâneas.	Braga (2010). Foucault (1987, 1993, 1996). Louro (1997, 2010, 2008). Scott (1995).	Aplicação de questionários junto a 14 professoras de um Centro Municipal de Educação Infantil em Campo Mourão/Paraná.	Não consta no resumo.
Gênero e			A presente	Butler (1998,	As etapas da pesquisa	O percurso

<p>sexualidade: concepções e práticas pedagógicas de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental</p>	2015	Dissertação	<p>pesquisa têm três objetivos principais:</p> <p>i) identificar quais concepções e práticas têm as professoras dos anos iniciais sobre gênero e sexualidade;</p> <p>ii) analisar se há mudanças nas concepções e práticas das professoras das séries iniciais ao vivenciarem um processo de formação continuada em serviço sobre a temática gênero e sexualidade;</p> <p>iii) compreender quais aprendizados podem ser construídos pela pesquisadora, por uma professora e pelas crianças ao desenvolverem projeto sobre o tema gênero e sexualidade.</p>	<p>2000, 2008).</p> <p>Foucault (1987, 1988, 2006).</p> <p>Freire (2001, 2005).</p> <p>Furlani (2005, 2011).</p> <p>Louro (1999, 2008, 2007, 2013).</p> <p>Scott (1995).</p>	<p>constituíram-se de: sondagem inicial realizada por meio de questionário com questões fechadas e abertas; análise de documentos da SEE/SP e da unidade escolar; realização de cinco encontros mensais com duração de aproximadamente 60 minutos entre pesquisadora e professoras, utilizando-se do espaço de formação em serviço (Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo) e o desenvolvimento de um projeto com uma turma de 35 alunos/as do 4º ano do ensino fundamental. Para a sistematização das informações levantadas durante os encontros foram feitas transcrições dos registros audiogravados.</p>	<p>metodológico esteve pautado num processo de ação-reflexão-ação, conforme preconizado por Paulo Freire.</p>
<p>Questões de gênero e sexualidade na escola: discutindo políticas públicas e formação pedagógica.</p>	2015	Dissertação	<p>Analisar como as práticas pedagógicas que se propõem a discutir gênero em espaços escolarizados são</p>	<p>Foucault (1998, 1999, 2003).</p> <p>Freire (2009).</p> <p>Furlani (2009, 2010).</p> <p>Louro (1997, 2000).</p>	<p>Tal projeto foi desenvolvido em duas escolas públicas – uma municipal e outra estadual -, localizadas no município de Viçosa/MG, com estudantes do ensino Fundamental, consistindo</p>	<p>O método de abordagem de investigação utilizado foi o estudo de caso. A fim de construirmos dados que possibilitassem a construção do estudo de caso</p>

			influenciadas por diferentes diretrizes de políticas públicas de gênero e educação.	Vianna (2012, 2004, 2006).	basicamente na elaboração e realização de oficinas sobre desigualdades e violência de gênero.	sobre o processo do projeto nas duas escolas, foi eleita a técnica do grupo focal.
--	--	--	---	----------------------------	---	--

Fonte: Autora da pesquisa, 2018

O Quadro 1 mostra os 5 estudos selecionados, e evidencia o título da produção; o ano da sua publicação; tipo de produção; objetivo geral do trabalho; principais autores de referência utilizados no estudo; os procedimentos utilizados para a coleta de dados; e a abordagem metodológica.

Os estudos selecionados nos permitiram confrontar ideias e transitar nos conceitos trazidos ao longo das produções, auxiliando na construção do referencial teórico em elaboração. Percebeu-se que o referencial teórico utilizado nas cinco produções se assemelham, estando voltados para a teoria pós-modernista de Michael Foucault, entre outros estudiosos da infância, gênero e sexualidade.

### 2.3.2 Os estudos selecionados: uma breve síntese...

A produção de autoria de Virgínia Georg Schindhelm, tese intitulada *“Concepções e práticas dos educadores sobre sexualidade e gênero na educação infantil”* foi publicada no ano de 2013 e defendida na Universidade Federal Fluminense. A autora teve como objetivo geral, conhecer as concepções e as práticas dos educadores sobre gênero e sexualidade das crianças, de modo a pensar em novas formas que possam melhorar as ações educativas desses profissionais no universo escolar infantil. O estudo entrelaçou dados obtidos por meio de (a) pesquisa com observação participante; (b) coleta de informações, registro de observações livres e narrativas das crianças e da equipe pedagógica; (c) discussões e trocas de conhecimentos na formação continuada dos educadores; (d) situações-problema sobre os temas gênero e sexualidade na escola e d) análise de material bibliográfico priorizando as teses de Foucault, Louro e outros estudiosos da infância, gênero e sexualidade.

Ao problematizar seu tema de pesquisa, Schindhelm (2013), afirma em sua tese que

As práticas escolares, cotidianamente, se veem atravessadas por situações relacionadas aos temas gênero e sexualidade infantil quando as crianças fazem perguntas e vivem experiências que levam o educador a deparar-se com o seu desconhecimento, a sua cultura e os seus medos e se vê confrontado por questões emergentes da criatividade e lógica infantil tão

peculiares que, mesmo veladas ou subliminares, levam as crianças a ter vez e voz na cena. (SCHINDHELM, 2013, p. 16)

Em seus resultados, Schindhelm discorre sobre a influência das práticas pedagógicas na formação da criança, no que diz respeito à temática de gênero e sexualidade. Diz que de fato, a formação de professores precisa prever esta abordagem com o objetivo de formar um profissional capacitado e preparado para os questionamentos que podem vir a ocorrer.

A dissertação denominada *“Entre o real e o imaginário: problematizando o currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia em relação a gênero e sexualidade”* foi publicada pela Universidade Estadual de Feira de Santana no ano de 2013, de autoria de Taisa de Sousa Ferreira, O objetivo do estudo foi analisar o currículo e os discursos que emergem do curso de Pedagogia no que se refere às relações de gênero, sexualidade e formação docente. Para a estruturação teórica da produção, a autora entrelaçou os estudos de gênero na perspectiva dos estudos culturais pós-estruturalista. Como procedimento de coleta de dados, foram realizadas análises documentais e entrevistas semiestruturadas com seis professores (as) do curso de Pedagogia.

Ferreira (2013), se depara com uma problemática semelhante a Schindhelm, porém, sua problematização está diretamente ligada aos sujeitos da pesquisa, ou seja, o professor, e mais precisamente, o currículo da sua formação.

Nesse ir e vir, após ouvir tantas vezes dos mais diversos sujeitos que não trabalhavam com a problematização do gênero e a reflexão sobre a sexualidade, diversidade sexual e as desigualdades em torno destas, por ausência de formação, em função de não ter tido nenhuma experiência durante a graduação que fomentasse a problematização das discussões em torno de gênero e sexualidade, cresceu meu interesse em estudar o currículo dos cursos de licenciatura, mais especificamente estudar o curso de Pedagogia e a formação propiciada por este, tentando entender que elementos constituem esse instrumento e contribuem para que determinados conhecimentos estejam incluídos e outros excluídos do processo formativo. (FERREIRA, 2013, p.23)

Ferreira (2013), também confirma que durante sua pesquisa, percebeu a ausência de materiais pedagógicos que possam servir de subsídios para o trabalho de gênero e de sexualidade com as crianças.

De 14 participantes, a metade alegou encontrar dificuldades em trabalhar com gênero e sexualidade em suas práticas pedagógicas, porque na escola não há material de apoio sobre a temática. Desse modo, elas se sentem sem respaldo para tratar de gênero e de sexualidade na Educação Infantil. (FERREIRA, 2013, p. 115)

A respeito disso, constata-se que os ‘materiais de apoio’ são recursos relevantes, porém, não o suficiente para subsidiar um trabalho consolidado de gênero e de sexualidade no espaço educativo. Além do acesso ao material há a necessidade de uma boa base teórica. Nesse sentido, a

autora defende a necessidade de se implantar, nas escolas e na formação de professores, estudos sobre o gênero e a sexualidade.

[...] os cursos de formação de professores (as) devem contribuir para que seus (as) egressos (as) mobilizem saberes e fazeres docentes para compreensão do ensino como uma realidade social, que está repleta de contradições, de preconceitos e que a escola como espaço mobilizador de saberes deveria refletir criticamente. Em acordo com estas autoras, percebemos que a ausência de discussões sistematizadas em torno do gênero e da sexualidade pode contribuir para aumentar a cultura machista, sexista e homofóbica no ambiente escolar, visto que, alguns (mas) educadores (as) acabam por reproduzir estereótipos e oferecer poucas oportunidades para reflexão sobre as questões que envolvem a diversidade, seja por se omitirem, se permitirem silenciar, seja desconhecimento, ou por produzir e transmitir modelos de conduta e valores que encarnam em preconceitos e desigualdades. (FERREIRA, 2013, p. 26)

Em seus resultados, Ferreira (2013) também relata sobre a interferência das práticas adotadas pelos docentes na formação da criança, principalmente no que diz respeito às questões de gênero, o qual tem sido um assunto ausente do planejamento.

Intitulada como “*Representações de gênero e de sexualidade nas brincadeiras infantis e na docência: discurso, consolidação, resistência e ambivalência*”, a terceira produção analisada, de autoria de Lucimar da Luz Leite, foi publicada no ano de 2015 pela Universidade Estadual de Maringá e teve como objetivo geral do estudo analisar as representações expostas pelas docentes de um Centro Municipal de Educação Infantil, referentes às temáticas de gênero e de sexualidade no cotidiano de alunas e de alunos, em suas brincadeiras livres e espontâneas. A metodologia de pesquisa envolveu a aplicação de questionários junto a 14 professoras de um Centro Municipal de Educação Infantil em Campo Mourão/Paraná. O quadro teórico utilizado segue as premissas pós-estruturalistas de Michael Foucault, dentre outros autores que abordam a referida temática. A proposta de dissertação em questão, portanto, teve como problema investigar o que dizem as legislações educacionais pós LDBEN/1996 sobre a formação dos professores para a infância (0 à 10 anos) nomeadamente no que se refere aos aspectos de gênero e sexualidade para compreender o que está previsto em nível de políticas públicas para esta temática.

Os cursos de formação docente deverão dar suporte aos/as professores/as para que estes/estas possam questionar os conhecimentos (re)produzidos no âmbito da escola. Teixeira (2010, p. 47) aponta que a escola não se reduz somente ao conhecimento científico, ela precisa também considerar e questionar o senso comum que permeia em seu espaço. Todas as informações devem ser possíveis a discussões. “Sentimentos, valores, estereótipos se não discutidos, ouvidos, são apenas fantasmas, portanto não existem, de fato, mas são apenas pressentidos e temidos. E se pressentidos, não são tocáveis, mas assumem um poder intenso sobre os indivíduos”. Quando não debatidos,

esses elementos interveem nas relações desiguais refletidas e produzidas na escola. (LEITE, 2015, p.79)

Leite (2015), identifica em sua pesquisa o despreparo dos profissionais acerca da abordagem do tema gênero e sexualidade, e identifica que esta preparação tem sido falha na formação destes profissionais, bem como a escola tem se isentado de tais discussões.

A dissertação publicada em 2015 pela Universidade Nove de Julho, intitulada “*Gênero e sexualidade: concepções e práticas pedagógicas de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental*” de autoria de Kelly Cristina Brantes, teve três objetivos principais: i) identificar quais concepções e práticas têm as professoras dos anos iniciais sobre gênero e sexualidade; ii) analisar se há mudanças nas concepções e práticas das professoras das séries iniciais ao vivenciarem um processo de formação continuada em serviço sobre a temática gênero e sexualidade; iii) compreender quais aprendizados podem ser construídos pela pesquisadora, por uma professora e pelas crianças ao desenvolverem projeto sobre o tema gênero e sexualidade. O referencial teórico-metodológico sustentou-se nos Estudos de Gênero e Sexualidade. Participaram da pesquisa 4 (quatro) professoras que no ano de 2013 atuavam nos 1º e 2º anos do ciclo I do ensino fundamental de uma escola da rede pública estadual de São Paulo, localizada na região metropolitana do ABCD. O percurso metodológico pautou-se num processo de ação-reflexão-ação, preconizado por Paulo Freire.

Pretende-se, no processo investigativo, problematizar, refletir e (re)construir conhecimentos em diálogo com as professoras e as crianças. As etapas da pesquisa constituíram-se de: sondagem inicial realizada por meio de questionário com questões fechadas e abertas; análise de documentos da SEE/SP e da unidade escolar; realização de cinco encontros mensais com duração de aproximadamente 60 minutos entre pesquisadora e professoras, utilizando-se do espaço de formação em serviço (Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo) e o desenvolvimento de um projeto com uma turma de 35 alunos/as do 4º ano do ensino fundamental. Para a sistematização das informações levantadas durante os encontros foram feitas transcrições dos registros audiogravados. Já Brantes (2015), fez o exercício contrário, partiu das práticas de sala de aula para investigar possíveis questionamentos relacionados à gênero e sexualidade.

O projeto teve como objetivo problematizar questões de gênero e sexualidade a partir das curiosidades das crianças e foi realizado com uma turma de 35 alunos/as do 4º ano do ensino fundamental, portanto para crianças na faixa etária de 9 a 10 anos de idade. (BRANTES, 2015, p. 55)

Em meio à sua investigação, Brantes (2015), constatou que as professoras reconhecem que as curiosidades das crianças sobre gênero e sexualidade são reprimidas e não são

problematizadas na escola e que há ainda, a representação da criança como sujeito dócil e obediente. Relatou também que as professoras disseram não se sentir seguras para lidar com questões de gênero e sexualidade com as crianças.

Por fim, a quinta produção, de autoria de Natália Hosana Nunes Rocha, publicada em 2015 pela Universidade Federal de Viçosa, nominada “*Questões de gênero e sexualidade na escola: discutindo políticas públicas e formação pedagógica*”, teve como objetivo analisar como as práticas pedagógicas que se propõem a discutir gênero em espaços escolarizados são influenciadas por diferentes diretrizes de políticas públicas de gênero e educação. Tal projeto foi desenvolvido em duas escolas públicas – uma municipal e outra estadual, localizadas no município de Viçosa/MG, com estudantes do ensino Fundamental, consistindo basicamente na elaboração e realização de oficinas sobre desigualdades e violência de gênero. O foco privilegiado para análise foram os processos formativos das estudantes de graduação. As discussões sobre a perspectiva política do movimento feminista, bem como as políticas de gênero na educação feitas por revisão bibliográfica possibilitaram à autora refletir sobre aspectos considerados importantes na pesquisa. Como recurso metodológico utilizou-se do estudo de caso múltiplo, pois a análise incluiu as duas escolas em que o projeto aconteceu. A partir deste, a autora elegeu a técnica do grupo focal, sendo essa realizada com três grupos: um com as bolsistas integrantes do projeto, um com os/as estudantes da escola A (estadual) e outro com os/as estudantes da escola B (municipal), sendo que, para cada um foi adotada uma organização específica, de acordo com os objetivos.

Em seu projeto, Rocha (2015) diz que para discutir sobre a complexidade do trabalho educativo, entender quais suas determinações e que relações elas processam, é importante primeiramente explicar em que consiste a agenda de gênero na educação para, posteriormente, pensar sobre as políticas de gênero na educação e assim, apresentar o problema de pesquisa.

Por fim, Rocha (2015) destacou que “não há capacitação sobre a sexualidade para as/os educadoras/es por parte dos órgãos institucionais responsáveis pela educação, no seu sentido mais social, e quando há, são espaços de formação curtos e sem continuidade”. Além disso, ela considera que as discussões sobre sexualidade na escola não ultrapassam as pautas da gravidez na adolescência e das Doenças Sexualmente Transmissíveis - DSTs, o que reforça a predominância do discurso medicalizado associado ao pedagógico. Ainda segundo ela, gênero e sexualidade não aparecem como temas importantes a serem trabalhados nos cursos de formação realizados pelo sistema educacional seja inicial, seja continuada e por essa falta de capacitação, esses/as professores/as continuam a reproduzir discursos pedagógicos já tão enraizados socialmente.

O que podemos perceber é, que as políticas educacionais ainda não têm dado a devida atenção (no que é proposto para o sistema educacional em todos os seus níveis e modalidades de ensino) às questões relativas a gênero e diversidade sexual. (ROCHA, 2015, p.63)

Dessa forma, entendemos a importância da inclusão das questões de gênero e sexualidade nas políticas educacionais com perspectiva de gênero para além dos discursos hegemônicos, uma vez que a educação formal hoje não pode mais ter o caráter de reprodutora de desigualdades sociais e de mera transmissora de conhecimentos ordenados historicamente, pois esses foram tecidos em relações desiguais de poder e por isso são excludentes.

Embora as pesquisas sobre gênero e sexualidade tenham tido um quantitativo maior na área de Educação, nota-se que os trabalhos selecionados buscam atender às recomendações dos PCN, apesar da falta de preparo docente, por uma carência na sua formação inicial. As categorias gênero e sexualidade são discutidas nas pesquisas de forma a compreender as diferenças socioculturais entre homens e mulheres, no entanto na prática pedagógica ainda predomina o viés biológico, indicando que a compreensão dessas categorias como construção social ainda não está presente em sala de aula.

O referencial teórico utilizado nos trabalhos analisados foi composto de estudos de orientação histórico-cultural, contribuições da sociologia da infância, da antropologia da criança e demais campos que estudam a infância, buscando um cruzamento multidisciplinar na abordagem da relação corpo, infância e educação.

A principal aproximação das produções analisadas com a proposta da presente dissertação se dá pelo fato de que são temáticas complementares e que conseguem, cada uma dentro de sua abordagem metodológica, se aproximar da problemática a ser investigada, e por muitas vezes apresentarem alternativas de estudos diferenciadas sem se afastar do objetivo geral do estudo.

O conjunto de trabalhos analisados apresenta importantes contribuições para compreensão sobre a dimensão de estudos de gênero e sexualidade e sua conexão com a educação.

Os estudos, em sua diversidade, problematizam os discursos construídos em torno das relações de gênero e das sexualidades nas diversas esferas sociais, questionam ideias que se constituíram como verdades absolutas e que implicaram nas relações sociais. De uma forma geral os estudos apresentam a persistência de desigualdades e a necessidade de novos caminhos no que diz respeito à temática.

## **2.4 Direitos humanos e o conhecimento escolar sobre gênero e sexualidade**

Um Estado democrático de direito não pode aceitar práticas sociais e institucionais que criminalizam, estigmatizam e marginalizam as pessoas por motivo de sexo, orientação sexual e/ou identidade de gênero. Se tomarmos os direitos humanos como um dos princípios educacionais básicos, as questões de gênero e sexualidade na escola não podem estar ausentes daqueles conhecimentos que integram o currículo escolar. Há um leque muito grande de possibilidades que podem permitir a introdução do conhecimento dessa temática no trabalho escolar de diversas formas e em diferentes disciplinas. Graupe e Souza (2015) apresentam também essa preocupação ao referirem-se à necessidade escolar e seu papel na formação dos indivíduos:

Nesse contexto, é importante pensarmos: que tipo de escola temos e que tipo de escola queremos? Que sujeitos temos e que sujeitos queremos? Isso porque a escola, sendo um espaço privilegiado e importante na formação e transformação do sujeito, tem por função, além da transmissão de conteúdo, ampliar o conhecimento de todos/os os/as envolvidos/as na educação. A escola não pode negar-se à reflexão e discussão de situações do cotidiano, dentre elas as desigualdades de gênero e a diversidade sexual, e necessita estar aberta a ouvir a demanda de alunos/as e professores/as. (GRAUPE; SOUSA, 2015, p.113)

Rios e Silva (2009;2010) apud Vianna (2012, p.137) também apontam o respeito aos direitos humanos e a necessidade de pautar no currículo o respeito à diversidade sexual. Destacam a necessidade de dar realce ao “reconhecimento de direitos relativos às sexualidades menosprezadas e que têm impacto nas relações escolares, como, por exemplo, a construção do currículo pautado pelo respeito aos direitos humanos relacionados à diversidade sexual”. Da mesma forma, Andrade, Lira e Reis (2008; 2009; 2009) apud Vianna (2012, p.137), afirmam a necessidade de inclusão da sexualidade e do gênero no currículo e na formação continuada docente, já com indícios de ressignificação das concepções sobre sexualidade no trabalho pedagógico.

Ainda assim, é significativa a dificuldade em romper com os padrões tradicionais a respeito da identidade de gênero. Como nos alertam Balestrin e Soares (2015), a intensidade do problema na sociedade atual ainda não está sendo suficiente para que as políticas públicas, mesmo quando discutidas e trabalhadas de forma participativa, deixem de adiar uma posição que está sendo necessária para a constituição de uma sociedade mais justa e igualitária:

Há muitas pessoas e organizações envolvidas na produção de conhecimento, de intervenções e de políticas públicas que incluem essas temáticas como centrais na constituição de uma sociedade mais justa e igualitária. Ainda assim, em muitos contextos escolares esses temas ainda não são bem-vindos. Algumas instituições e profissionais da educação manifestam uma posição contrária, preferindo não dar vazão ao assunto para não incitar o que consideram indesejável, como se fosse possível “abafar”, “desviar”, “adiar”

aquilo que já está, há muito, pulsando com força e intensidade tanto dentro como fora da escola. (BALESTRIN, SOARES, 2015, p.48)

De acordo com o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (BRASIL, 2009), que tem como objetivo “orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersectorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas” (BRASIL, 2009 p.10), um estado democrático de direito não pode ser conivente com práticas excludentes que façam diferenciação de direitos por motivos de sexo, orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Segundo o plano citado é significativo que a maioria da população ainda hoje interprete e menospreze questões ligadas à identidade e papel de gênero, culturalmente impostos ao masculino e feminino, representados no imaginário social de forma estereotipada e preconceituosa, que apontam a mulher como passiva, afetiva, frágil, submissa e inferior ao homem e este como sexualmente ativo, agressivo, forte e independente e dominador. A violência contra a mulher é, em geral, um comportamento sexista, em que a figura feminina é vista como propriedade masculina, a violência contra homossexuais (homofobia) ou qualquer outra forma pejorativa de tratar as diferentes manifestações e papel de gênero são exemplos de práticas sexistas e discriminatórias. É preciso salientar que todas estas maneiras de ver, sentir e agir sobre a sexualidade humana não são naturais, mas tornam-se formas de educação sexual, passadas pela família, mídia, instituições religiosas, escolas, grupos sociais e etc.; portanto não devem ser consideradas nunca como verdades absolutas.

No Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais encontramos aquilo que deve ser o compromisso do Estado e um desafio a ser seguido nos espaços educacionais: implementar políticas que superem os preconceitos. Veja-se a seguinte citação:

A atuação do Estado, especialmente por meio da formulação e implementação de políticas, interfere na vida das pessoas, ao determinar, reproduzir ou alterar as relações de gênero, raça e etnia e o exercício da sexualidade. O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT tem como compromisso e desafio interferir nas ações do Estado, de forma a promover a cidadania, com respeito às diversidades, porém isso de fato não ocorre dentro dos espaços educacionais. (BRASIL, 2009, p.11)

O processo de construção dos corpos, gêneros e sexualidades, tal como argumenta Louro (2004) apud Balestrin; Soares (2015, p.55), é contínuo, sempre inacabado e instável. Além disso, a norma regulatória do gênero está para além da constituição e produção de subjetividades. O gênero

tem se mostrado um sistema muito mais amplo que se infiltra, de diversas formas, em práticas, objetos, produtos, além dos sujeitos. O gênero tem sido um organizador fundamental da cultura. Diferentes culturas, olhadas em pequenos contextos socioculturais, estão carregadas de marcas de gênero.

Para Balestrin e Soares (2015), a indefinição do sexo e/ou da orientação sexual de um sujeito parece ser objeto de muita curiosidade em nossa sociedade, regida por um pensamento binário, que opera no sentido de dizer se um sujeito é homem *ou* mulher, se é hetero *ou* homossexual. Ainda pertence ao campo do impensável, especialmente em contextos escolares (e disciplinares), a possibilidade de um sujeito ser homem *e* mulher, homo *e* hetero e não se deixar fixar numa identidade única e estável. Há muita experimentação em torno da sexualidade e, por certo, sua divulgação se amplia. No entanto, mesmo quando pensamos que nossa teorização e intervenção estão impulsionando certo “avanço” nos sistemas de pensamento e na produção de conhecimento, ainda assim, há situações que desestabilizam nossas poucas certezas.

Com este capítulo, percebemos que os debates sobre gênero e sexualidade estão cada vez mais ocupando lugar dentro das pesquisas na área da educação. Esse avanço deriva dos desafios encontrados por profissionais da educação e áreas afins, dentro do espaço escolar quando se trata da diversidade sexual e de gênero.

### **3 GÊNERO E SEXUALIDADE: CONTEÚDOS PRESENTES NOS CURRÍCULOS ESCOLARES?**

O principal objetivo desse terceiro capítulo, é verificar nas DCNs para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), bem como nas DCNs para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos (BRASIL, 2010), as principais indicações constantes nas resoluções que as implementam. Parte-se do pressuposto que tais diretrizes são significativas para compreender o atual estágio legislativo que norteia os projetos pedagógicos dos cursos que formam os profissionais para estas etapas da educação básica.

#### **3.1 Os documentos governamentais e legais para a Educação Infantil: da LDB às Diretrizes**

A Educação Infantil constitui o primeiro nível da Educação Básica, que atende crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, 1996) e objetiva o desenvolvimento da criança nos aspectos motores, sensoriais, de socialização e cognitivos. Para tanto, a criança deve ser entendida como sujeito com características e necessidades específicas.

O reconhecimento da Educação Infantil como direito social das crianças e dever do Estado, afirmado na Constituição Federal de 1988, é fruto de uma longa batalha que envolveu diferentes setores da sociedade, como os movimentos das mulheres, de trabalhadores, educadores e de redemocratização do país.

Em 1998 foi lançada no Brasil uma série de documentos oficiais para nortear a Educação Infantil, dentre eles o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI, que traz orientações didáticas e pedagógicas para o trabalho nesse nível de ensino, por exemplo, a organização dos espaços, a formação dos/as profissionais da área, as metodologias de trabalho, os conteúdos de ensino, avaliação. O documento é dividido em três volumes. O primeiro, introdução, aborda alguns conceitos necessários para a compreensão do trabalho na Educação Infantil como: criança, brincar, educar, creche. O segundo volume é referente à formação pessoal e social, no qual são apresentadas as temáticas de identidade e autonomia, e propostas ações para sua construção. O terceiro volume diz respeito ao conhecimento de mundo que orienta a construção de diferentes linguagens pelas crianças: matemática, comunicação, espaço, natureza, música etc. (BRASIL, 1998). Aqui nos interessa apenas comentar alguns aspectos do segundo volume, no qual é enfatizada a construção da identidade, entre elas, as identidades de gênero.

De acordo com o RCNEI (BRASIL, 1998), um dos primeiros fatores necessários para o desenvolvimento da identidade e autonomia da criança é ela adquirir confiança em si e sentir-se aceita (p.11) no grupo. Nesse sentido, o documento enfatiza a importância da socialização na Educação Infantil, pois promove a interação social, considerada essencial para a construção da identidade, uma vez que possibilita conhecer a diferença no outro, o que implica também o conhecimento de si. O principal argumento do documento é que para construir a identidade e autonomia a criança precisa conhecer o outro para entender o que os torna comum e o que lhes particulariza, sobretudo, a partir da diferença. Essa ideia está em consonância com as perspectivas de identidade apresentadas anteriormente. Nesse sentido o documento diz:

(...) a identidade é um conceito do qual faz parte a ideia de distinção, de uma marca de diferença entre as pessoas, a começar pelo nome, seguido de todas as características físicas, de modos de agir e de pensar e da história pessoal. Sua construção é gradativa e se dá por meio de interações sociais estabelecidas pela criança, nas quais ela, alternadamente, imita e se funde com o outro para diferenciar-se dele em seguida, muitas vezes utilizando-se da oposição. (BRASIL, 1998, p.13).

A partir disso, vêm à tona intensas discussões sobre o conceito de Educação Infantil e quais práticas pedagógicas devem ser utilizadas para mediar as aprendizagens e o desenvolvimento de crianças em espaços coletivos. O debate mais intenso gira em torno da forma pela qual o trabalho docente é orientado, ou seja, como se dá a formação docente e como assegurar práticas com crianças de 4 e 5 anos, por exemplo, que garantam a continuidade na aprendizagem e no desenvolvimento desse público, sem antecipar conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

A fim de orientar essas concepções e práticas, o Ministério da Educação (MEC) lançou a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. As Diretrizes apresentam a concepção de Educação Infantil vigente e estabelecem os princípios éticos, políticos e estéticos que devem guiar as propostas pedagógicas desse ciclo. Essas propostas devem ter como objetivo “garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças”.

A Resolução determina que as instituições de Educação Infantil devem atender à função sociopolítica e pedagógica na educação e no cuidado das crianças, no compartilhamento desse papel com as famílias, na promoção da igualdade entre crianças de diferentes classes sociais no acesso a bens culturais e na vivência da infância etc. Também apresenta orientações a propostas pedagógicas para crianças indígenas e infâncias do campo (ribeirinhos, agricultores familiares, pescadores

artesanais, quilombolas, entre outros), reconhecendo e incorporando as peculiaridades culturais desses meninos e meninas. O documento estabelece ainda diretrizes para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação.

Por fim, incumbe o MEC de elaborar orientações curriculares sobre alguns temas, entre eles: o currículo na Educação Infantil; as especificidades da ação pedagógica com os bebês; brinquedos e brincadeiras; múltiplas linguagens no cotidiano da Educação Infantil; e a linguagem escrita e o direito à educação na primeira infância. Essas orientações estão em processo de elaboração, com base em debate democrático e com consultoria técnica especializada.

As discussões sobre gênero e sexualidade estão cada vez mais tomando espaço nas pesquisas sobre educação. Esse crescimento advém dos desafios encontrados por professores, pedagogos e psicólogos dentro do ambiente escolar quando se trata da diversidade sexual e de gênero.

Falar sobre este tema na prática pedagógica é desafiador, visto que a escola, assim como outros campos da sociedade, ainda é permeada por uma cultura sexista e heteronormativa.

Os padrões culturais de gênero e sexualidade são construídos historicamente e reproduzidos por diversas instâncias sociais como família, igreja e a escola. Essas instituições influenciam a aprendizagem e o desenvolvimento dos indivíduos, pois oferecem normas e referências sobre comportamento considerado adequado. Estas formas esperadas de expressão de gênero e sexualidade são impostas desde cedo para as crianças e, na maioria das vezes, também pelos professores da escola.

Podemos verificar no Quadro 2, o aparecimento do termo gênero, sexualidade e /ou diversidade nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

**Quadro 2 - Análise do aparecimento do termo gênero e/ou sexualidade e/ou diversidade nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009.**

DOCUMENTO	APARECIMENTO DO TERMO GÊNERO, SEXUALIDADE E/OU DIVERSIDADE	PÁGINA
DCNs para Educação Infantil –	Art. 6º As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:	Pg. 02

Resolução n. 5/2009.	V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de <u>gênero</u> , regional, linguística e religiosa.	
DCNs para Educação Infantil – Resolução n. 5/2009.	Art. 9º As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que: VII - possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da <u>diversidade</u> ;	Pg. 04.

Fonte: Elaborado pela autora da Pesquisa, 2018.

Nota-se que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil afirmam que a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve romper com relações dominantes de cunho étnico-racial, etário, religioso, regional, socioeconômico e de gênero e sexualidade. Isto é, a educação deve caminhar para a construção de subjetividade lúcida e crítica quebrando com a ideia de reproduzir padrões onde indivíduos são considerados mais superiores que outros (BRASIL, 2009).

Cada vez mais as crianças expressam a não adequação aos padrões de gênero esperados em relação ao sexo que nasceram, seja optando por roupas e brinquedos que são socialmente tidos para gênero oposto, ou demonstrando insatisfação com o próprio corpo anunciando desejo de mudança. No entanto, boa parte dessas crianças encontra grande resistência de aceitação e muitas vezes são punidas por tais comportamentos.

Deste modo, as DCNs para a Educação Infantil determinam que as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes. (BRASIL, 2009, p. 21)

As instituições designadas para o atendimento da Educação Infantil se constituem, portanto, em estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade, refutando assim funções de caráter meramente assistencialista, embora mantenha a obrigação de assistir às necessidades básicas de todas as crianças, devendo protegê-las identificando quaisquer tipos de violência.

### **3.2 Os documentos governamentais e legais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos: da LDB às Diretrizes**

O Ensino Fundamental abrange a população na faixa etária dos 6 (seis) anos aos 14 (quatorze) anos de idade e se estende, também, a todos os que, na idade própria, não tiveram condições de frequentá-lo. É obrigatória a matrícula no Ensino Fundamental de crianças com 6 (seis) anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula. As crianças que completarem 6 (seis) anos após essa data deverão ser matriculadas na Educação Infantil (pré-escola). A carga horária mínima anual do Ensino Fundamental regular é de 800 (oitocentas) horas-relógio, distribuídas em, pelo menos, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.

Nas DCNs para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos (BRASIL, 2010) estão representados um conjunto de conceitos, elementos e mecanismos a serem vinculados na educação básica. O referido documento oficial prevê que a escola deve abordar questões de gênero e dos diferentes tipos de orientação sexual a fim de problematizar as diversidades que integram nossa vida social e evidenciar as minorias pretendendo aliviar as desigualdades. A partir de uma análise sobre o que se apresenta nas Diretrizes a respeito das questões de gênero e sexualidade evidenciou-se que este tema aparece, de forma nítida, poucas vezes no documento. No Quadro 3 é possível verificar as indicações presentes nas diretrizes em pauta:

**Quadro 3 - Análise do aparecimento do termo gênero e/ou sexualidade e/ou diversidade nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.**

DOCUMENTO	APARECIMENTO DO TERMO GÊNERO, SEXUALIDADE E/OU DIVERSIDADE	PÁGINA
	Art. 4º É dever do Estado garantir a	

<p>DCNs para Ensino Fundamental de 9 (nove) anos – Resolução n. 7/2010.</p>	<p>oferta do Ensino Fundamental público, gratuito e de qualidade, sem requisito de seleção.</p> <p>Parágrafo único. As escolas que ministram esse ensino deverão trabalhar considerando essa etapa da educação como aquela capaz de assegurar a cada um e a todos o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura imprescindíveis para o seu desenvolvimento pessoal e para a vida em sociedade, assim como os benefícios de uma formação comum, <u>independentemente da grande diversidade da população escolar e das demandas sociais.</u></p>	<p>Pg. 01</p>
<p>DCNs para Ensino Fundamental de 9 (nove) anos – Resolução n. 7/2010.</p>	<p>Art. 6º Os sistemas de ensino e as escolas adotarão, como norteadores das políticas educativas e das ações pedagógicas, os seguintes princípios:</p> <p>II – Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; da redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.</p>	<p>Pg. 02</p>
<p>DCNs para Ensino Fundamental de 9 (nove) anos – Resolução n. 7/2010.</p>	<p>Art. 15 Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental serão assim organizados em relação às áreas de conhecimento:</p> <p>I – Linguagens:  a) Língua Portuguesa;  b) Língua Materna, para populações indígenas;  c) Língua Estrangeira moderna;  d) Arte; e  e) Educação Física;  II – Matemática;  III – Ciências da Natureza;  IV – Ciências Humanas;</p>	<p>Pg. 04 e 05</p>

	<p>a) História; b) Geografia; V – Ensino Religioso.</p> <p>§ 6º O Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui componente curricular dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à <u>diversidade cultural e religiosa do Brasil</u> e vedadas quaisquer formas de proselitismo, conforme o art. 33 da Lei nº 9.394/96.</p>	
<p>DCNs para Ensino Fundamental de 9 (nove) anos – Resolução n. 7/2010.</p>	<p>Art. 16 Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, <u>sexualidade e gênero</u>, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo.</p> <p>§ 3º Aos órgãos executivos dos sistemas de ensino compete a produção e a disseminação de materiais subsidiários ao trabalho docente, que contribuam para a <u>eliminação de discriminações, racismo, sexismo, homofobia e outros preconceitos e que conduzam à adoção de comportamentos responsáveis e solidários em relação aos outros e ao meio ambiente.</u></p>	<p>Pg. 05</p>
	<p>Art. 25 Os professores levarão em conta a <u>diversidade sociocultural</u></p>	

<p>DCNs para Ensino Fundamental de 9 (nove) anos – Resolução n. 7/2010.</p>	<p><u>da população escolar</u>, as desigualdades de acesso ao consumo de bens culturais e a multiplicidade de interesses e necessidades apresentadas pelos alunos no desenvolvimento de metodologias e estratégias variadas que melhor respondam às diferenças de aprendizagem entre os estudantes e às suas demandas.</p>	<p>Pg. 07</p>
<p>DCNs para Ensino Fundamental de 9 (nove) anos – Resolução n. 7/2010.</p>	<p>Art. 40 O atendimento escolar às populações do campo, povos indígenas e quilombolas requer respeito às suas peculiares condições de vida e a utilização de pedagogias condizentes com as suas formas próprias de produzir conhecimentos, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010).</p> <p>V – superação das desigualdades sociais e escolares que afetam essas populações, tendo por garantia o direito à educação;</p> <p>§ 2º Os projetos político-pedagógicos das escolas do campo, indígenas e quilombolas devem contemplar <u>a diversidade nos seus aspectos sociais, culturais,</u> políticos, econômicos, éticos e estéticos, de gênero, geração e etnia.</p> <p>§ 3º <u>As escolas que atendem a essas populações deverão ser devidamente providas pelos sistemas de ensino de materiais didáticos e educacionais que subsidiem o trabalho com a diversidade,</u> bem como de recursos que assegurem aos alunos o acesso a outros bens culturais e lhes permitam estreitar o contato com outros modos de vida e outras formas de conhecimento.</p>	<p>Pg. 11 e 12</p>

Fonte: Elaborado pela autora da Pesquisa, 2018.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. (Res. CNE/CEB nº 7/2010) está descrito, portanto, um conjunto de definições, fundamentos e

procedimentos a serem articuladas nesta etapa da educação básica. Neste documento oficial consta que a escola deve tratar das questões de gênero e dos diferentes tipos de orientação sexual a fim de problematizar as diversidades que compõe nossa vida social e dar maior visibilidade às minorias buscando amenizar as desigualdades. A partir de um estudo mais atento sobre o que consta nas diretrizes a respeito das questões de gênero e sexualidade constatou-se que este tema aparece explicitamente poucas vezes no documento. A palavra sexualidade não está descrita em nenhum momento, o que aparecem são outras expressões, tais como “diferentes orientações sexuais”. O termo “gênero” aparece apenas duas vezes, e não traz entendimento algum para as escolas que irão fazer uso do documento sobre o que propõe este conceito.

O documento sugere que se trabalhe com as diferenças de um modo amplo, sem especificar maiores detalhes. Torna-se inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso e considere a diversidade humana, social cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos. (BRASIL, 2010,)

Em muitos trechos do documento descreve-se que a escola precisa dar conta dos grupos historicamente excluídos, dando maior visibilidade para estes grupos, trazendo-os para os debates em sala de aula. Fica subentendido que tais debates serviriam para diminuir o preconceito racial.

O termo sexualidade não está evidente em nenhum momento, o que aparece são outras expressões, tais como “diferentes orientações sexuais”. A expressão “gênero” aparece apenas duas vezes, e não oferece entendimento algum para os sujeitos que farão uso do documento sobre o que propõe este conceito.

O documento preconiza o trabalho com as diferenças de um modo genérico, mas não singulariza referidas questões.

Exige-se, pois, problematizar o desenho organizacional da instituição escolar, que não tem conseguido responder às singularidades dos sujeitos que a compõem. Torna-se inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos. (BRASIL, 2010, p.10)

Em muitas passagens, o documento retrata que a escola precisa perceber os grupos historicamente excluídos, evidenciando-os, trazendo-os para os debates em sala de aula. Fica implícito que estes debates auxiliariam na diminuição do preconceito racial, religioso, de gênero e de orientação sexual. Porém, o documento não expõe possibilidades de como as escolas poderiam abordar essas temáticas dentro dos seus planejamentos.

Diante das investigações analisadas, compreendemos que as atribuições tradicionalmente outorgadas ao gênero e à sexualidade existem há muito tempo, no entanto, partimos

da hipótese de que tais inferências permanecem de forma clara e por vezes gritante, em diferentes grupos sociais, por exemplo: no conjunto dos meios de comunicação e informação, na família e também na escola. Essa interferência, sem dúvida, se expressa no simples ato de brincar das crianças, na Educação Infantil e nos Anos Iniciais. Ainda atualmente, a sexualidade é “escondida”, devido ao fato de que as crianças são censuradas ao falar de suas dúvidas, medos, desassossegos e euforias, da descoberta da sexualidade e de tocar em seus corpos. Esta apuração, evidencia a necessidade de um trabalho com foco específico para as questões de gênero e sexualidade na escola e também, impreterivelmente na formação de professores/as.

A Educação Sexual sempre se constituiu numa questão polêmica no espaço escolar, e por longo tempo os currículos escolares mantiveram-se distantes dessa discussão explicitamente. Por isso, é possível pensar nela como um campo de conhecimento em que, historicamente, tem prevalecido o conveniente silenciamento, a estratégica restrição temática, o privilegiamento do senso comum, a manutenção do preconceito e da intolerância, a possível falta de preparo pedagógico das(os) educadoras(es) e o sutil descaso por parte da Escola e das políticas educacionais. (FURLANI, 2008, p.287)

Enfim, o que constatamos é que apesar das tentativas da introdução da educação sexual por meio de projetos de lei, mesmo quando o discurso é frequente, o silêncio se encontra intrínseco nesses espaços, visto que os debates que se iniciam teoricamente, não são materializados, uma vez que diversos espaços escolares consideram essas argumentações de autores e estudiosos sobre a temática, como algo vergonhoso, desrespeitoso, e difícil de ser abordado. É em consequência disso, que se enfatiza a necessidade da inserção da temática sexualidade e gênero na formação de professores e professoras.

## **4 OS DESAFIOS ATUAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA**

A educação infantil vem apresentando um maior destaque no cenário nacional atual, caracterizando um momento bastante diferenciado e de razoáveis modificações na área. O aumento no número de pesquisas (ROCHA, 1999), a criação e atuação de uma Coordenadoria de Educação Infantil ligada ao Ministério da Educação e a sua incorporação ao sistema de ensino são exemplos atuais de um processo de reconhecimento e de construção de uma nova identidade dessa modalidade de prática social que, durante a sua história, assumiu um importante papel no processo de socialização para a subalternidade das classes mais pobres (Rosemberg, 1999; Kramer, 1994).

Vários critérios e diferentes eixos temáticos poderiam ser utilizados para a reflexão das transformações pelas quais vem passando a educação infantil que, no geral, são apontadas como positivas e detentoras de uma certa capacidade provocativa de mudanças no sentido da promoção da melhoria do atendimento à criança pequena e às suas famílias. Para a formação dos professores colocam-se, portanto, novos desafios e exigências. Com a temática de gênero e sexualidade não é diferente, e esta sim, podemos considerar uma abordagem especialmente desafiadora.

Neste capítulo pretendemos refletir mais especificamente sobre os desafios atuais para uma formação docente que toma a temática de gênero e sexualidade voltada para as etapas que atendem crianças nas escolas. Já verificamos no capítulo anterior a timidez das proposições sobre a temática que constam das diretrizes curriculares nacionais para as etapas de escolarização das crianças. Neste item que agora iniciamos apresentamos também uma breve análise das referências que constam sobre o conteúdo de gênero e sexualidade nas diretrizes curriculares que dispõem sobre a formação inicial deste docente.

Já num segundo momento, voltaremos as nossas reflexões aos estudos de trabalhos acadêmicos e de estudiosos da temática para evidenciar com maior criticidade o desafio que se coloca hoje para o trabalho das professoras que no dia a dia enfrentam a necessidade de maior clareza sobre o seu papel frente a temática em pauta.

### **4.1 O que está escrito nas DCNs para a formação de professores para a infância: o curso de pedagogia**

O curso de pedagogia é o espaço no qual hoje são formados os profissionais docentes para atuarem na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

Tanto na produção acadêmica selecionada como em outros artigos analisados, foi possível verificar as dificuldades que se apresentam neste curso para uma efetiva formação deste profissional uma vez que há especificidades diferenciadas na educação escolar referida à educação infantil e aos anos iniciais

No quadro abaixo, procurou-se sinteticamente, evidenciar nos artigos da Resolução que rege as DCNs deste curso, as principais indicações referidas às questões de gênero e de sexualidade constantes ao longo do documento.

**Quadro 4 - Análise do aparecimento do termo gênero e/ou sexualidade e/ou diversidade nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia.**

DOCUMENTO	APARECIMENTO DO TERMO GÊNERO, SEXUALIDADE E/OU DIVERSIDADE	PÁGINA
DCNs curso de Pedagogia Resolução CNE/CP N° 1/2006.	Art. 5° O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:  X - <u>demonstrar consciência da diversidade</u> , respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, <u>de gênero</u> , faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;	Pg. 02
DCNs curso de Pedagogia Resolução CNE/CP N° 1/2006.	Art. 6° <u>A estrutura do curso de Pedagogia, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-á de:</u>  I - um núcleo de estudos básicos que, sem perder de vista a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado da literatura pertinente e de realidades educacionais, assim como por meio de reflexão e ações críticas, articulará:  j) <u>estudo das relações entre educação e trabalho, diversidade cultural, cidadania, sustentabilidade, entre outras problemáticas centrais da</u>	Pg.03 e 04

	<p><u>sociedade contemporânea;</u></p> <p>II - um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos voltado às áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições e que, atendendo a diferentes demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:</p> <p>b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a <u>diversidade social e cultural da sociedade brasileira;</u></p>	
--	---	--

Fonte: Elaborado pela autora da Pesquisa, 2018.

É na sua formação que o professor tem um espaço para refletir sobre suas convicções, seus princípios, seus discursos, suas ideologias, sua opinião frente à diversidade cultural, de gênero e sexual. A universidade tem um papel fundamental nesse processo de formação, uma vez que a formação do professor para as etapas da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental é obrigatoriamente realizada no ensino superior, em cursos de Pedagogia. Este curso, portanto, pode contribuir para uma sociedade menos homofóbica e sexista, a favor do respeito e do reconhecimento das diversidades. Neste contexto, é preciso refletir, de que forma as universidades vêm preparando os Pedagogos (as) para intervir de forma crítica no que diz respeito às questões de Gênero e Sexualidade na rotina da sala de aula. Discutir essas questões na formação do Pedagogo é proporcionar um olhar profundo no currículo do curso e consequentemente na qualidade da formação docente.

O quadro panorâmico de pesquisas no Brasil revela que o(a) Pedagogo(a) não recebe, de uma maneira geral, uma formação que contempla essas dimensões, uma vez que, esses temas são ainda tabus e, quando trabalhados, geralmente, apresentam - se em forma de manuais sobre como se deve ser e agir, baseando - se na separação biológica dos sexos, ou seja, os discursos que perpassam a formação ficam restritos ao campo biológico e psicanalítico (SILVA & MEGIDNETO, 2006).

Referente às Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia (2006), foram retirados alguns fragmentos, destacados e analisados a seguir. Em seu Art. 1º explica os objetivos da lei nos cursos de Pedagogia:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, definindo princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas

instituições de educação superior do país, nos termos explicitados nos Pareceres CNE/CP nos 5/2005 e 3/2006 (CNE, 2006, p.1).

A Resolução tem como objetivo definir os princípios e as condições do curso de Pedagogia, identificando e apontando o que é o curso, de fato.

O segundo parágrafo do Art. 2 refere - se ao que propiciará o curso de Pedagogia, primeiro item no qual a culturalidade aparece:

II - a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental - ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural (CNE, 2006, p.1)

A partir da análise, nota-se que esse inciso nos apresenta os campos que o curso de Pedagogia pode abranger e sua aplicação, nos seus estudos teóricos e práticos. O ambiente escolar pode promover e atingir diferentes conteúdos envolvendo a sexualidade, como, por exemplo: manifestações da sexualidade em diferentes culturas, para diferentes religiões, para diferentes famílias e suas transformações históricas, como por exemplo, relatar as mudanças que a sexualidade teve, desde seu início e como ela está atualmente. Mostrar e dar espaço à diversidade, permite que a diversidade seja vivida e construída.

O Art. 6º das DCNs refere – se à estrutura do curso de Pedagogia, respeitando a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições:

I - um núcleo de estudos básicos que, sem perder de vista a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado da literatura pertinente e de realidades educacionais, assim como por meio de reflexão e ações críticas, articulará:

e) aplicação, em práticas educativas, de conhecimentos de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biossocial;

g) planejamento, execução e avaliação de experiências que considerem o contexto histórico e sociocultural do sistema educacional brasileiro, particularmente, no que diz respeito à Educação Infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e à formação de professores e de profissionais na área de serviço e apoio escolar;

j) estudo das relações entre educação e trabalho, diversidade cultural, cidadania, sustentabilidade, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;

II - um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos voltados às áreas de atuação profissional priorizada pelo projeto pedagógico das instituições e que, atendendo a diferentes demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:

b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira (CNE, 2006, p.3 - 4).

Percebemos que a estrutura do curso deve, portanto respeitar a diversidade nacional e a autonomia pedagógica. Para isso é necessário que as instituições promovam práticas educativas e, conseqüentemente, observem o processo de desenvolvimento e aprendizagem de seus alunos em todos os aspectos sociais. É importante o planejamento, a execução e a avaliação de todo procedimento que o professor for realizar. O professor deverá qualificar o seu trabalho durante a sua carreira profissional. Estudar as relações que a diversidade cultural pode propor na sociedade contemporânea. A educação sexual relaciona-se com esse estudo, por isso a qualificação do professor, o seu estudo e pesquisa fazem com o que o seu trabalho, seja com a educação infantil, ensino fundamental, adolescentes e jovens, tenha um ótimo desenvolvimento intelectual, partindo sempre da organização e do planejamento.

Os professores deverão estar preparados para as aulas que vão ministrar. Com o atual avanço tecnológico, podemos utilizá-las de diversas maneiras. Fazer pesquisas, mostrar textos explicativos, explorando o material didático da escola e assim proporcionar novas vivências para o aluno diante da diversidade social e cultural.

O Art. 7º diz respeito à carga horária mínima do curso que é de 3.200 horas, sendo assim distribuídas:

I - 2.800 horas dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza, participação em grupos cooperativos de estudos;

II - 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição;

III - 100 horas de atividades teórico - práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria.

As DCN determinam que o curso de Pedagogia precisa oferecer o estudo sobre a diversidade cultural, sexual, de gêneros, mas não especifica como esse estudo deve ser orientado para os graduandos e nem a sua necessidade na formação das crianças na escola.

#### **4.2 Os desafios que se colocam para a formação e o trabalho de professores para a educação na infância relacionados com a temática de gênero e de sexualidade**

Percebe-se que ao longo dos anos ocorreram mudanças de comportamentos e crenças relacionadas à gênero e sexualidade no ambiente escolar. Em diferentes tempos, estas mudanças foram se tornando questionáveis pela sociedade em relação ao que “histórica e culturalmente” era

encarado como “anomalias” e inclusive com tratamentos medicamentosos, como a homossexualidade que era considerada doença.

Consideramos que esta discussão possui relevância mais do que significativa diante do processo de desenvolvimento a partir do ensino aprendizagem efetivo, as relações entre a mudança e o processo de ensino aprendizagem devem contribuir para a reflexão sobre outras formas de organização social e como a escola deve agir no mundo atual para produzir mudanças de paradigmas através da produção de conhecimentos que nos leve a uma vida digna sem desigualdades sociais, no entanto, a forma com que a escola se posiciona diante destas questões também é fundamental para a construção de uma sociedade livre de preconceito.

Desde a infância, nossa evolução humana e social está diretamente relacionada com o meio onde estamos inseridos. E, a escola, por ser o primeiro grupo social ao qual pertencemos depois da família, portanto, é um dos ambientes em que as crianças exteriorizam as mais diversas relações, demonstrando questões habituais quanto à formação do sujeito e sua posição na sociedade. Na última década, podemos arriscar dizer, uma das “questões” mais evidentes, do ponto de vista das relações entre os seres humanos, é a questão de gênero. Deste modo, o espaço escolar é um dos primeiros lugares em que a criança se esbarra com as diferenças de gênero, que de certa forma ficam mais evidentes. Meninos e meninas compartilham espaços, reproduzem valores, entram em conflitos.

À vista disso, entende-se a magnitude de se empenhar em desmitificar as divergências sexistas no espaço escolar. Como observa Louro (1997), a escola é um dos lugares onde se determina territórios, afirma o que cada um pode, ou não fazer. Dessa maneira, simultaneamente, ela acrescenta, divide e institui normas, valores e crenças. Ademais,

[...] através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles(as) que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio escolar informa a todos(as) a sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos “fazem sentido”, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos [...]. (LOURO, 1997, p.58).

A escola pode, portanto, colaborar na construção dos gêneros e das diferenças quando formaliza e muitas vezes engessa a postura, os gestos, a conduta apropriadas a cada um/uma. Por meio de um longo aprendizado, cada um vai sendo colocado em seu lugar: homem/mulher; menino/menina; aluno/aluna; professor/professora, entre outras tantas posições/ hierarquias de indivíduo. Isto acontece quando a escola expõe um modelo pré-fixado pela sociedade, quando tolhe as crianças de explicitarem os seus desejos, limitando-as a uma exclusiva alternativa de viver a sexualidade. Com tal postura, a criança vê a sexualidade como algo que deve ser omitido, comedido e principalmente evitado.

Sabemos que o conhecimento, a cultura, a educação e os valores que as crianças recebem no seio familiar viabilizam a geração de expectativas em relação aos alunos. Entretanto, o professor deverá evitar determinar adjetivos para definir meninos e meninas, como por exemplo: elas são mais comportadas, sensíveis, vaidosas. Já eles são autoritários, viris, agressivos.

O professor precisa entender cada vez mais que nem sempre a separação sexista existiu desta maneira no berço familiar. De acordo com estudo de Nunes e Silva (2000), no século XVII, meninos e meninas brincavam de bonecas, balanços e cavalos de pau, não apresentando nenhuma rigidez nos papéis sexuais e muito menos manifestações de preconceito. Contudo, ao longo das décadas surgiram tais estereótipos sexistas que hoje são incitados de forma tão natural nas crianças, que nem ao menos os pais tem noção disso.

Nesse sentido, a escola se torna um local propício para se identificar e refletir acerca dos rótulos sexuais, pois é neste ambiente, desde a primeira infância que se exterioriza a diferença de comportamento entre meninos e meninas. É importante ressaltar que aos professores cabe abdicar de uma postura conservadora ao tratar de assuntos relacionados à sexualidade. Muitos ainda apresentam dificuldade em abordar o tema em virtude de haver complexidade em compreender a sexualidade humana e, por essa razão é indispensável que ponderem sobre sua prática, para que se possa construir uma sexualidade humanizada. Seria muito importante que os professores compreendessem que não se ensina a sexualidade, mas, sim, preparam-se condições para que o aluno venha a desenvolvê-la.

A atuação do professor frente à questão de gênero, por exemplo, foi destacada nos PCNs, quando salientado o seguinte:

“[...] muitas vezes o professor é chamado a intervir nesses conflitos ao mesmo tempo em que pode propor situações de trabalho em conjunto como estratégia de facilitação das relações entre meninos e meninas” (BRASIL, 1998, p.122).

Sobre esta questão Guacira Louro (1997) lembra que os professores deveriam inventar novas formas de dividir grupos, promover debates sobre representações encontradas nos livros didáticos, revistas, filmes etc. recriando os textos numa perspectiva não-sexista. Partindo do princípio de que o professor é mediador e organizador do processo pedagógico, a autora sugere que é importante que o professor favoreça a visão de conjunto sobre a situação, propondo outras fontes de informação, colocando o aluno em contato com outras formas de pensar, para tanto, é necessário que o professor compreenda que gênero e sexualidade são vistos de diferentes formas em cada época e em cada povo, pois com a modernidade cada geração tem em mente um novo conceito sobre estes temas.

Conforme Balestrin e Soares (2015), as experiências marcantes na escolarização não se referem somente aos conteúdos programáticos, mas sim às situações do cotidiano vividas no interior da escola com colegas e professores/as

É importante o indivíduo aprender, desde cedo, a refletir sobre seus valores, distinguindo o conceito de certo e errado diante do mundo em que vive, aprender a respeitar a individualidade e a opção sexual de cada um, até para viver bem consigo mesmo. (SAMPAIO, 2005 apud SILVA, 2016, p.3). Também Fagundes ressalta que “é preciso criar oportunidades para que as pessoas reflitam sobre suas ideias, sentimentos e conflitos na área da sexualidade e envolvam a totalidade de seu ser na reinterpretação e reconstrução da realidade” (1995 p. 32).

Todavia, sabemos que nas escolas a temática é ainda hoje muito complexa e polemizada. Vianna e Unbehaum nos informam que

O levantamento e análise das leis, decretos e planos produzidos no âmbito da educação pública federal nas décadas de 1980 e 1990, mostram que, no Brasil, a inclusão de uma perspectiva de gênero nas políticas públicas de educação é mais recente e menos institucionalizada do que em outros campos, como, por exemplo, nas áreas da saúde e do trabalho. (2006, p.409)

Segundo Vianna (2012), a discussão sobre a inclusão da sexualidade no currículo escolar é antiga, mas o mesmo não se poderia dizer da proposição desta temática enquanto norteadora de políticas públicas federais na área da educação, menos ainda ao relacionar o tema da sexualidade ao reconhecimento da diversidade sexual.

É a partir de 1995, com a pressão de movimentos de mulheres e com as sucessivas respostas do governo de Fernando Henrique Cardoso aos compromissos internacionais relativos a uma agenda de gênero e sexualidade, que a temática adquire maior presença nas discussões educacionais. Mas até hoje, 2018, as políticas públicas federais, estaduais e mesmo municipais encontram dificuldades, como já apontamos na introdução deste estudo, ao fazer referência ao Plano Nacional de Educação referente ao período 2014/2024.

Há que se questionar, cada vez mais, o que tem estagnado as discussões sobre gênero e sexualidade no contexto escolar. Em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), uma proposta curricular do Ministério da Educação (MEC), foram amplamente divulgados para que conhecimentos socialmente relevantes fossem contemplados em todas as escolas brasileiras, respeitando-se as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas (BRASIL, 1997). Os PCNs anunciavam a conveniência de se abordar essa temática nas salas de aula, e, segundo Balestrin e Soares (2015), destacava-se que a orientação sexual deveria ocorrer de duas formas: a) dentro da programação: com atividades planejadas através de conteúdos previstos no currículo e b) “extra-

programação”: toda vez que esse tema emergisse no contexto escolar (BRASIL, 1997). Já Daniliauskas (2011), apud Vianna (2015, p.132), criticou a pouca relevância da temática da diversidade sexual no contexto de elaboração dos PCNs. Segundo o autor, ela aparece apenas na introdução ao documento, na introdução aos temas transversais, e é citada somente uma vez no volume de Orientação Sexual dos PCN do primeiro ciclo, apenas para enfatizar que esse assunto deverá ser tratado da 5ª série em diante. Ainda, enfatiza o autor, nos PCN aplicados ao segundo ciclo, sua referência se dá também em uma conjuntura que enfatiza as dificuldades de se tratar de tema tão profundo e polêmico. Mas Balestrin e Soares também apontam o conservadorismo que cerca a temática, cujo pressuposto parece ser o de que é um conhecimento nocivo:

A ideia é que, quanto menos os/as alunos/as souberem sobre gênero e à sexualidade, tanto mais estarão protegidos em relação a eles. O pressuposto é que o conhecimento, nesse caso é nocivo. Outra associação possível é a de que tais temas seriam unicamente de caráter íntimo e privado, não tendo nada a ver com a esfera social – o que já foi problematizado, há muito, pelo movimento feminista ao afirmar que “o pessoal é político”. (BALESTRIN, SOARES, 2015, p.49)

Parece que efetivamente há sempre um cuidado muito grande, nos PCNs, quando se trata das questões de gênero e sexualidade. Mais do que isto: há uma dubiedade. Por um lado, a proposta dos PCN visa “combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para a sua transformação” (BRASIL, 1997, p.99), ou seja, direitos iguais para homens e mulheres, formas de avaliar coerentes independente do sexo, evitando “a repressão das expressões de sensibilidade, intuição e meiguice nos meninos ou de objetividade e agressividade nas meninas” (BRASIL, 1997, p.99). Por outro, o documento trata com “sutileza” questões de gênero, por conta da formação cultural que a criança constrói em seu meio familiar.

É igualmente importante que se eleja um (ou mais) momento(s) em que esse tema seja diretamente abordado, como trabalho planejado e sistematizado. Leitura e análise de notícias ou de obras literárias são boas formas de informar e promover discussões a respeito de valores e atitudes ligados à questão. No estudo dos conteúdos de História, podem ser trabalhados os comportamentos diferenciados de homens e mulheres em diferentes culturas e momentos históricos, o que auxilia os alunos a entenderem as determinações da cultura em comportamentos individuais. (BRASIL, 1997, p.100)

A questões que estamos apontando com base em autores que se dedicam ao estudo desta problemática escolar, nos levam a destacar a posição encontrada em Leôncio (2013), para quem a sexualidade e sua discussão requer um espaço de confiança e intimidade. O autor entende que é necessário o diálogo, o confronto de ideias, de vivências, a troca de experiências e informações.

Destaca que entre a teoria e a práxis, o professor fica no meio do caminho, tal como ocorre com a falta de políticas públicas voltadas para a educação. Segundo ele, as investigações sobre currículo e gênero focalizam os silêncios, os preconceitos e as discriminações referentes a gênero e sexualidade reforçados pelo currículo tradicional e que estas questões não são debatidas ou refletidas através dos temas transversais que constam nos PCNs.

Frente a estas questões Silva posiciona-se no sentido da necessidade da discussão sobre orientação sexual no contexto escolar. Afirma que:

Espera-se que a escola seja um ambiente onde o aluno deve ter espaços para refletir criticamente sobre os seus problemas e os da comunidade onde vive e da sociedade nos seus diversos aspectos. É nesse contexto que a orientação sexual se insere na prática pedagógica. A orientação sexual na escola é um dos fatores que contribui para o conhecimento e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos. Estes dizem respeito à possibilidade de que homens e mulheres discutam sobre sua fidelidade, saúde reprodutiva e criação de filhos, tendo acesso às informações e aos recursos necessários para programarem suas decisões. (SILVA, 2016, p.3)

Considerando que algumas questões são importantes para entender os obstáculos e desafios da escola no contexto atual, faz-se necessário refletir acerca das seguintes questões: Como o discurso educacional é pronunciado na prática escolar? Como formar sujeitos autônomos e críticos, fazendo-os encarar a realidade, tentando compreendê-la? Essas indagações exigem uma análise acerca da educação que temos e a educação que queremos ajudar a fomentar nas novas gerações.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas o campo da educação tem se dedicado com maior empenho em investigar a respeito das temáticas que versam sobre a tolerância na diversidade humana, seja ela no aspecto religioso, social, racial, gênero, sexualidade pessoas com deficiência, e outras que promovam o desenvolvimento de práticas educativas para atender as demandas daqueles que são excluídos, reprimidos ou calados nesse processo.

A expressiva ampliação da escolarização por meio da legislação que ampliou a obrigatoriedade relativa à educação básica no país, entre outros fatores, tem aumentado também a responsabilidade social deste nível de ensino. Cada vez mais os educadores se debruçam nas pesquisas que envolvem os vários campos das desigualdades e dos preconceitos que atravessam a vida em sociedade, para entender suas razões e propor novas compreensões voltadas aos direitos humanos e à justiça social. O campo educacional se conscientiza, e precisa se conscientizar cada vez mais de sua responsabilidade frente ao papel do conhecimento, via escola, no desenvolvimento não só de um pensamento, mas também de atitudes mais justas na convivência social. Trata-se de compreensão da importância da educação para o crescimento dos sujeitos em sua totalidade, que obriga a considerar os fatos relacionados à saúde, cultura, religião, política, economia, sexualidade, etc., À escola cabe, portanto, abarcar, também, a responsabilidade acerca de uma formação humanista, que engloba, entre outros aspectos, a sensibilidade e o respeito em relação ao outro.

Nesta dissertação, denominada *Questões de gênero e sexualidade: desafios à formação de professoras para a infância*, tivemos como propósito central analisar a temática de gênero e sexualidade na legislação educacional de 1996 a 2016, voltada para a educação de crianças e para a formação de suas professoras. Para tanto, selecionamos alguns textos normatizadores que, entendemos, são importantes para o desenvolvimento das políticas relacionadas à temática no contexto atual. Consideramos que, assim como as relações sociais entre os indivíduos são construídas de acordo com um discurso que se faz presente em suas diferentes categorias sociais, atribuindo características ao que é ser homem e ao que é ser mulher, e conseqüentemente construindo valores a determinadas formas de agir e de pensar, ditando o que é certo e o que é errado, também os professores são bastante influenciados pelo discurso que se apresenta nos textos presentes nos documentos governamentais e legais que norteiam a educação. Assim, estes documentos, que servem para estruturar e solidificar a formação docente, precisam ser examinados minuciosamente, crítica e reflexivamente, pelos

pesquisadores, para encontrar a sua lógica, perquirir suas tendências, avaliar suas lacunas entre outros aspectos.

No primeiro momento, ao construir um panorama sobre os estudos de gênero e sexualidade atualmente disponíveis, pretendeu-se explicitar a análise que realizamos da produção acadêmica no Brasil, no que diz respeito à temática gênero, sexualidade e educação. Sabe-se que teses e dissertações são importantes fontes de informação científica e tecnológica. No entanto, para a finalidade do presente estudo, entre tantos que ora se encontram no Portal da Capes e que representam contribuições de alguma forma à temática, selecionamos apenas aqueles que mais nos permitiram uma aproximação às características específicas na dissertação pretendida, assim como confrontar ideias e transitar nos conceitos básicos auxiliando na construção do referencial teórico em elaboração. Percebeu-se que o referencial teórico utilizado nas cinco produções selecionadas se assemelham, todas influenciadas pela teorizações de Michael Foucault, entre outros estudiosos da infância, gênero e sexualidade. Notou-se sobretudo que os trabalhos investigados buscaram atender às recomendações que hoje os nossos autores progressistas indicam como parâmetro para identificar a falta de preparo conceitual e teórico dos docentes que atuam na área da formação de crianças, por uma carência na sua formação inicial.

As categorias gênero e sexualidade são discutidas nas pesquisas de forma a compreender as diferenças socioculturais entre homens e mulheres, no entanto na prática pedagógica ainda predomina o viés biológico, indicando que a compreensão dessas categorias como construção social ainda não está presente em sala de aula. Nesse sentido, constatou-se que os ‘materiais de apoio’ são recursos relevantes para esta finalidade, porém, não o suficiente para subsidiar um trabalho consolidado de gênero e de sexualidade no espaço educativo, pois além do acesso ao material há a necessidade de uma boa base teórica. Percebeu-se também, que as professoras reconhecem que as curiosidades das crianças sobre gênero e sexualidade são reprimidas e não são problematizadas na escola. A representação que a grande parte das professoras apresentam sobre as crianças revelam estas como sujeitos dóceis e obedientes. Mas, e principalmente, as professoras disseram não se sentir seguras para lidar com questões de gênero e sexualidade com as crianças, assim, de fato, constatou-se cada vez mais que a formação de professores precisa prever sua abordagem nos processos formativos.

Os estudos consultados efetivamente apontaram a necessidade de formar docentes capacitadas e preparadas para os questionamentos que podem vir a ocorrer nas

situações de sala de aula. Considerando que gênero e sexualidade não aparecem como temas importantes a serem trabalhados nos cursos de formação realizados pelo sistema educacional, seja na formação inicial, seja na continuada, as professoras tendem a justificar a contínua reprodução de discursos pedagógicos já tão enraizados socialmente.

A principal aproximação das produções analisadas com a proposta da presente dissertação se deu pelo fato de que são temáticas complementares e que conseguem, cada uma dentro de sua abordagem metodológica, se aproximar da problemática a ser investigada, e por muitas vezes apresentarem alternativas de estudos diferenciadas sem se afastar do objetivo geral do estudo, visto que problematizaram os discursos construídos em torno das relações de gênero e das sexualidades nas diversas esferas sociais, questionaram ideias que se constituíram como verdades absolutas e que implicaram nas relações sociais. De uma forma geral os estudos apresentaram a persistência de desigualdades e a necessidade de novos caminhos no que diz respeito à temática.

A análise realizada na legislação vigente e em documentos governamentais pertinentes ao currículo e ao ensino de crianças sobre as referências que constam a respeito de gênero e sexualidade permitiu compreender que há base legal para o enfrentamento destes temas na escola, embora de forma muito genérica. O conjunto das diretrizes educacionais brasileiras aponta a necessidade de trabalhar questões ligadas a gênero e sexualidade desde a educação infantil até o ensino médio, de forma bastante genérica. Não impede, mas não ressalta.

Indicam para tanto uma abordagem focada não na padronização de comportamentos ou na reprodução de modelos pré-definidos, mas, ao contrário, na reflexão crítica, na autonomia dos sujeitos, na liberdade de acesso à informação e ao conhecimento, no reconhecimento das diferenças, na promoção dos direitos e no enfrentamento a toda forma de discriminação e violência. O que constatamos é que apesar das tentativas da introdução da educação sexual por meio de projetos de lei, mesmo quando o discurso é frequente, o silêncio se encontra intrínseco nesses espaços, visto que os debates que se iniciam teoricamente, não são materializados, uma vez que diversos espaços escolares consideram essas argumentações de autores e estudiosos sobre a temática, como algo que pode causar vergonha, desrespeito, e difícil de ser abordado. É em consequência disso, que se enfatiza a necessidade da inserção da temática sexualidade e gênero na formação de professores e professoras de forma mais incisiva.

A identificação de elementos desafiadores para a formação do docente para a educação de crianças relacionados a gênero e sexualidade nos leva a afirmar que é principalmente na sua formação que a professora tem um espaço para refletir sobre suas convicções, seus princípios, seus discursos, suas ideologias, sua opinião frente à diversidade cultural, de gênero e sexual. A universidade tem, portanto, um papel fundamental nesse processo de formação, uma vez que a formação do professor para as etapas da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental é obrigatoriamente realizada no ensino superior, em cursos de Pedagogia. As DCN determinam que o curso de Pedagogia ofereça o estudo sobre a diversidade cultural, sexual, de gêneros, mas não especifica como esse estudo deve ser orientado para os graduandos e nem a sua necessidade na formação das crianças na escola.

Particularmente hoje, o desafio que se coloca para o trabalho docente voltado à defesa do direito de educar as crianças em torno do gênero e da sexualidade, envolve um momento de resistência ao movimento Escola sem Partido em expansão no país. Este movimento ganha força no final do ano de 2015, e pretende interferir na liberdade de ensinar dos docentes. Observa-se que, por trás do movimento e dos discursos de defesa da família e da moral, há o intuito de enfraquecer a autonomia pedagógica e, conseqüentemente, ocupar os espaços de ensino escolar vinculados ao conhecimento sistematizado, pela imposição daquilo que a crença religiosa determina.

Os defensores do movimento Escola sem Partido entendem que a escola está dominada pelo que consideram uma “ideologia de gênero”. Este movimento, conservador e anticientífico, entende que os estudos feministas, e os conhecimentos científicos, culturais e sociais sobre gênero e sexualidade, são nada mais do que uma doutrinação para considerar como normal a existência da homossexualidade, dos travestis, dos transgêneros, entre outras categorias que sofrem violências simbólicas e físicas porque entendidos como anormais. Compreende-se que é um grande desafio para a professora de crianças trabalhar na escola o entendimento não preconceituoso destas questões. A escola é o espaço onde os alunos vão ter contato com aquilo que eles não conhecem, é na escola que eles aprendem a não ter preconceito e a entender que o gênero faz parte das relações sociais, que o gênero é construção, ou seja, não é algo que venha da natureza, não está pré-determinado quando a pessoa nasce. Segundo Wolff e Saldanha (2015), o gênero se relaciona com a cultura, com a história e com forma social, isto é “os aspectos que são considerados femininos, masculinos ou mesmo neutros, dependem de cada cultura, de cada sociedade e do tempo histórico e, portanto, podem ser modificados, transformados, repensados.” (p. 35).

Diversas pesquisas mostram que a escola é o principal lugar de reprodução de desigualdade e de preconceito na sociedade, dessa forma, entende-se a importância da inclusão das questões de gênero e sexualidade nas políticas educacionais com perspectiva de gênero para além dos discursos hegemônicos, uma vez que a educação formal hoje não pode mais ter o caráter de reprodutora de desigualdades sociais e de mera transmissora de conhecimentos ordenados historicamente, pois esses foram tecidos em relações desiguais de poder e por isso são excludentes.

Com base nas análises feitas a partir do que os documentos governamentais e legais preconizam, podemos concluir que todas elas expõem situações básicas em que estas temáticas poderiam ser abordadas nos espaços escolares, direitos, prioridades, são previstas na legislação. Há, no entanto, uma preocupação muito grande com relação a como abordar estas questões em um ambiente pluricultural que cabe ser desenvolvido na escola. O receio dos profissionais da educação em abordar a referida temática nas instituições ainda é um ponto que interfere veementemente quanto da omissão das discussões. É necessidade imediata garantir formação continuada aos profissionais da educação com a temática Gênero e Sexualidade baseado no que dizem as políticas públicas, porém, formação continuada não significa apenas aprender mais sobre determinados temas, ela pode ser um momento de reflexão sobre hierarquias, sexismo, proletarização, individualismo etc., voltada para o combate de determinadas práticas sociais como exclusão, homofobia, racismo, segregação etc., criando projetos de intervenção social. Uma proposta para essa abordagem com foco na formação inicial e continuada de professoras, seria o foco de uma próxima investigação, considerando um teor reflexivo e não informativo, com foco nos direitos humanos.

## REFERÊNCIAS

BALESTRIN, P.; SOARES, R. **Gênero e sexualidade nas práticas educativas**. Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 16, p. 47-61, jan-jun/2015.

BRANTES, Kelly Cristina. **Gênero e sexualidade: concepções e práticas pedagógicas de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental**. 2015. 120 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Mestrado Em Gestão E Práticas Educacionais, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2015.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

\_\_\_\_\_. Governo Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Brasília: MEC, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Parecer CNE/CEB n. 17/2009**. Brasília: CEB/MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia**. Parecer CP/CNE 05\_2005, homologação publicada no DOU 15/05/2006, Seção 1, p. 10. Parecer CP/CNE 03\_2006, homologação publicada no DOU 11/04/2006, Seção 1, p. 19. Resolução CP/CNE 01/2006, publicada no DOU 16/05/2006, Seção 1, p. 11.

\_\_\_\_\_. **PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual**. MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação**. Brasília, DF: INEP, 2014.

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil(RCNEI)**.v. 2 (Formação Pessoal e Social). Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Serviços. **Banco de teses**. 2017. Disponível em: <<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/>>. Acesso em: jan. 2017

CNTE. **Considerações da CNTE sobre o Projeto de Base Nacional Comum Curricular, elaborada preliminarmente pelo MEC**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v.9, n.17, p.411-420, jul./dez.2015. Disponível em <http://www.esforce.org.br>

CRUZ, M. H. S. **Refletindo sobre a diversidade de gênero no campo da educação**. Saberes em pespec.Jequié, vol. 2, 2012

LEÔNICIO, Joana Maria Macedo. **A orientação sexual nas escolas a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais**. 2013. Disponível em:

<<http://www.faceq.edu.br/regs/downloads/numero12/Aorientacaosexualnascolas.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira. **Educação Sexual: Construindo uma nova realidade**. Salvador: Instituto de Biologia da UFBA, 1995.

FAVERO, Cintia. Infoescola, navegando e aprendendo. **Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, n. 02, v. 09. 2009.

FERREIRA, Taisa de Sousa. **Entre o real e o imaginário: problematizando o currículo do curso de licenciatura em pedagogia em relação a gênero e sexualidade**. 2013. 320 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, departamento de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FURLANI, Jimena. **Educação Sexual: quando a articulação de múltiplos discursos possibilita sua inclusão curricular**. Perspectiva, Florianópolis, v. 26, n. 1, p.283-317, Jan/Jun 2008. Semestral. Disponível em: <<http://www.perspectiva.ufsc.br>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

FURLANI, Jimena. **Existe “ideologia de gênero”?** 2016. Entrevista com Andrea Dip em 30 ago. 2016. Disponível em: <<https://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

GATTI, Bernadete A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2012.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRAUPE, Mareli Eliane. **Relações de gênero e as diferenças culturais na educação escolar**. 2010. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/ARQUIVO\\_mareli-graupe-texto.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/ARQUIVO_mareli-graupe-texto.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2018.

GRAUPE, Mareli Eliane; SOUSA, Lúcia Aulete Búrigo de. **Políticas públicas de gênero no campo da educação**. In: GROSSI, Miriam Pillar; GARCIA, Olga Regina Zigelli; MAGRINI, Pedro Rosas. Especialização em Gênero e Diversidade na Escola - Livro II - Módulo II. Florianópolis: Copyright@2015, 2015. Cap. 1. p. 72-110.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**. 2012. Disponível em: <[http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935\\_identidade\\_genero\\_revisado.pdf](http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935_identidade_genero_revisado.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2018

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1976.

KRAMER, Sônia. **Currículo de Educação Infantil e a Formação dos Profissionais de Creche e Pré-Escola**. (Pg. 16-31). In: MEC/SEF/COEDI. Por uma Política de Formação do Profissional de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1994.

LEITE, Lucimar da Luz. **Representações de gênero e de sexualidade nas brincadeiras infantis e na docência: discurso, consolidação, resistência e ambivalência**. 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado)

- Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

MARTINS, Vicente. **A Lei Magna da Educação**. eBookLibris, 2002. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ldb.html>>. Acesso em: abr. 2018

NOGUEIRA, Cristina. **Feminismo e Discurso do Gênero na Psicologia Social**. In: Psicologia & Sociedade, 13, 1, p. 107 – 128, 2001.

NUNES, C.A. **Desvendando a sexualidade**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1997.

OLIVEIRA, Magda Carmelita Sarat; CAMPOS, Míria Izabel. **Infância e gênero: Memorial de pesquisa**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 16, p. 91-110, jan./jun. 2015

PAZ, Cláudia Denis Alves da. **Gênero e sexualidade: como trabalhar na escola?** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2010/07/planolgbt.pdf>>. Acesso em: 07 jun 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Expansão da Educação Infantil e Processo de Exclusão**. Cadernos de Pesquisa. (100):7-40, 1999.

ROCHA, Eloísa Acires Candal. **A Pesquisa em Educação Infantil no Brasil: Trajetória Recente e Perspectivas de Consolidação de uma Pedagogia**. Florianópolis: UFSC/NUP, 1999.

ROCHA, Natália Hosana Nunes. **Questões de gênero e sexualidade na escola: discutindo políticas públicas e formação pedagógica**. 2015. 60 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1980.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SCHINDHELM, Virginia Georg. **Concepções e práticas dos educadores sobre sexualidade e gênero na educação infantil**. 2013. 219 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, jul/dez,1995.

SILVA, Francisca Jocineide da Costa e; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **O estado da arte das pesquisas educacionais sobre gênero e educação infantil: uma introdução**. In: REDOR, 18. 2014, Recife. Artigo. 2014. p. 346 - 362. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2192/648>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

SILVA, Regina Célia Pinheiro & MEGIDNETO, Jorge. **Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na Escola: o que mostram as pesquisas.** Ciência e Educação. Baurú, 2006.

SILVA, T. T. O Sujeito da Educação: estudos foucaultianos. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SOFOS. Expressões filosóficas. **Ideologia de Género**, 2015. Disponível online em: <http://sofos.wikidot.com/ideologia-de-genero> Acesso em: 05 de julho de 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VIANNA, Cláudia; CAVALEIRO, Maria Cristina. **Políticas Públicas de Educação e Diversidade: gênero e (homo)sexualidades.** Gênero, Niterói, v. 12, n. 2, p.27-45, 1. sem. 2011. Semestral.

VIANNA, Cláudia. **Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica.** Pro-Posições, Campinas, v. 23, n.2 (68), p.127-143, maio-ago/2012.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. **O Gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988 - 2002.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 34, n. 121, p. 77- 104, jan-abril/2004.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. **Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 95, p. 407-428, maio-ago/2006.

WOLFF; SOARES, R. **Gênero, sexo e sexualidades: categorias do debate contemporâneo.** Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 16, p. 29-46, jan-jun/2015.

## **APÊNDICES**

### **Apêndice 1**

**Quadro 2 - Resultados gerais do levantamento referente ao descritor: educação infantil; sexualidade; gênero; formação docente, considerando os trabalhos selecionados dentre as primeiras 178 produções localizadas no banco de dados da Capes, pela ordem do resultado obtido na pesquisa.**

ANO	TIPO DE PRODUÇÃO	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE
2013	Tese	Universidade Federal Fluminense	Concepções e práticas dos educadores sobre sexualidade e gênero na educação infantil	Educação infantil. Sexualidade. Gênero. Formação docente.
2013	Dissertação	Universidade Estadual de Feira de Santana	Entre o real e o imaginário: problematizando o currículo do curso de licenciatura em pedagogia em relação a gênero e sexualidade	Currículo. Pedagogia. Gênero. Sexualidade.
2008	Dissertação	Universidade Federal do Paraná	A construção do gênero e da sexualidade na literatura infantil	Literatura. Infância. Gênero. Sexualidade.
2016	Dissertação	Universidade Federal de Minas Gerais	Um olhar sobre as práticas pedagógicas que transgridem estereótipos de gênero na Educação Infantil na região metropolitana de Belo Horizonte.	Estereótipos de gênero. Educação infantil. Práticas pedagógicas.
2007	Dissertação	Universidade Federal de Santa Catarina	História de uma presença-ausente: sexualidade e gênero em cursos de pedagogia	Formação de educadores. Sexualidade. Relações de gênero. Currículo.
2008	Dissertação	Universidade Federal de Goiás	A representação social de sexualidade dos professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental	Representações sociais. Sexualidade. Gênero. Professores. Alunos.
2015	Tese	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara	Estado da arte sobre as temáticas sexualidade, educação sexual e gênero nos encontros nacionais de didática e prática de ensino - ENDIPE (1996-2012)	Sexualidade. Educação sexual. Gênero. Estado da arte. Produções acadêmico-científicas. ENDIPE.
2008	Dissertação	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Educar para a sexualidade é educar para a vida? Um estudo sobre a sexualidade infantil numa creche comunitária	Sexualidade infantil. Creche comunitária. Formação da educadora infantil. Gênero. Sexualidade. Práticas escolares

2002	Dissertação	Universidade Federal de São Carlos	Relações de gênero e sexualidade no cotidiano escolar: concepções de duas professoras do ensino fundamental	Educação. Professores. Formação. Educação sexual. Relação de gênero.
1999	Dissertação	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Sexualidade Infantil através de Relatos de Educadoras de Creche	Educação Sexual. Sexualidade infantil. Relações de gênero. Formação de educadoras. Educação infantil.
2014	Dissertação	Universidade Federal da Bahia	Gênero/sexo/sexualidade: representações e práticas elaboradas por professoras/es da educação infantil na rede municipal de ensino em Salvador	Educação Infantil. Gênero. Sexualidades. Representações sociais. Formação de professoras/professores
2015	Dissertação	Universidade Federal de Pernambuco	Com a delicadeza necessária: o discurso de gênero e sexualidade em livros de literatura infantil	Literatura infantil. Gênero e sexualidade. Identidade. Modos de subjetivação.
2012	Dissertação	Universidade Federal do Maranhão	Gênero e sexualidade na formação docente: uma análise no curso de Pedagogia da UFMA-São Luís	Gênero. Sexualidade. Educação. Formação. Currículo.
2014	Dissertação	Universidade de São Paulo	A prática da leitura e as relações de gênero e sexualidade: subsídios para reflexão sobre formação inicial e contínua de professores	Educação, Escola, Formação de professores(as), Literatura infantil, Prática da leitura, Relações de gênero, Sexualidade
2013	Dissertação	Universidade de São Paulo	Percepções de professores/as sobre gênero, sexualidade e homofobia: pensando a formação continuada a partir de relatos da prática docente	Educação, Escola, Formação de professores, Homofobia
2009	Dissertação	Universidade Federal do Paraná	Gênero e sexualidade na literatura infantil: mapeando resistências	Literatura Infantil. Gênero e Sexualidade. Resistência.

2013	Dissertação	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Estudo investigativo da disciplina Educação para a Sexualidade em escolas da rede municipal de Jequié-BA	Gênero, sexualidade e educação básica.
2011	Dissertação	Universidade Metodista de São Paulo	Formação docente e relações de corpo, gênero e sexualidade na educação: entendendo conceitos e refletindo ideias	Formação docente. Corpo, gênero e sexualidade.
2012	Dissertação	Universidade Tiradentes	Corpos controlados, práticas costumeiras: homofobia e violência na escola	Escola. Homofobia. Sexismo. Gênero. Diversidade.
2002	Dissertação	Universidade de Brasília	Educação infantil: a organização do trabalho pedagógico e a formação docente	Formação de professores. Educação infantil. Trabalho pedagógico. Rotina.
2000	Dissertação	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Sexualidade, gênero e o livro didático: contribuições para a prática docente	Sexualidade. Gênero. Livro didático. Prática docente.
2009	Dissertação	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	A atividade docente com crianças de dois a três anos: do gênero ao estilo	Atividade docente. Educação infantil. Gênero. Estilo.
2010	Dissertação	Universidade Estadual de Campinas	Representações de Identidades de Gênero e de Sexualidade nos Discursos de Professores de Educação Infantil	Representações. Identidade de gênero. Sexualidade. Profissionais da educação.
2016	Dissertação	Universidade Federal do Espírito Santo	Tempos e contratempos da sexualidade infantil: concepções de professores da educação infantil	Sexualidade Infantil. Concepções de Professoras. Freud. Educação Infantil
2010	Tese	Universidade Federal de Santa Catarina	Professores(as), suas significações e posturas no contexto da educação sexual: das (im)possibilidades do trabalho com a diversidade sexual	Professor/a. Educação sexual. Diversidade sexual.
			Socialização de gênero e	

2015	Dissertação	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	educação infantil estudo de caso sobre a construção e reprodução dos papéis de gênero em uma escola no rio grande do sul	Socialização de gênero. Infância. Meninas e meninos. Educação Infantil
2014	Tese	Universidade Federal de Minas Gerais	Movimentos e articulações: uma análise das iniciativas de formação de educadoras/es em sexualidade da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (1989-2009)	Formação de educadoras/es. Educação em sexualidade. Belo Horizonte
2009	Tese	Universidade Estadual de Campinas	A educação sexual na escola e a pedagogia da infância: matrizes institucionais, disposições culturais, potencialidades e perspectivas emancipatórias	Sexualidade. Educação sexual. Infância. Escolas. Formação de professores. Pedagogia.
2010	Dissertação	Universidade Federal da Bahia	Abordagens de gênero e sexualidade na educação infantil: dilemas, desafios e perspectivas no fazer pedagógico da sala de aula	Educação Infantil. Gênero. Sexualidades. Representações sociais. Formação de professoras/professores.
2009	Dissertação	Universidade Católica Dom Bosco	A construção das identidades de gênero na educação infantil	Educação Infantil. Práticas Pedagógicas. Gênero.
2015	Dissertação	Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho/ Araraquara	Ser menino e menina, professor e professora na educação infantil: um entrelaçamento de vozes	Relações de Gênero. Infância. Docência. Educação. Educação Infantil. Educação Sexual.
2014	Tese	Universidade Estadual de Maringá	Representações sociais de gênero e sexualidade na escola: diálogo com educadoras	Educação; gênero; sexualidade, representações sociais; formação docente.
2013	Dissertação	Universidade Estadual de Maringá	Gênero na literatura infantil: a valorização de alternativas como possibilidade da desconstrução de estereótipos	Educação. Literatura infantil. Gênero. Sexualidades. Estereótipos.
2013	Tese	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	“A gente não pensava nisso...”: educação para sexualidade, gênero e formação docente na região da	Educação para sexualidade, gênero, formação docente, currículo

			Campanha/RS	
2013	Dissertação	Centro Universitário Moura Lacerda	Educação sexual e gênero: um estudo da visão de professores/as do ensino fundamental I	Educação Sexual. Sexualidade. Educação para a Sexualidade. Gênero.
2011	Dissertação	Universidade Federal de Uberlândia	Gênero e sexualidade: itinerário de um grupo de discussão como possibilidade de formação	Educação. Gênero Sexualidade. Formação de professores. Grupo de discussão.
2002	Tese	Universidade Federal Fluminense	(Re)invenção da escola pública: sexualidade e formação da jovem professora.	Educação sexual. Formação de professores. Escola pública.
2012	Dissertação	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	O processo de construção da profissionalidade de professores de educação infantil: caminhos da formação inicial.	Formação de professores. Educação infantil. Profissionalidade docente
2012	Dissertação	Universidade Federal do Pará	Práticas de gênero e sexualidade: a produção discursiva sobre o/a professor/a homossexual na docência primária.	Gênero. Sexualidade. Professor. Homossexual. Docência primária.
2010	Dissertação	Universidade do Estado da Bahia	O Gênero e a Sexualidade na Escola: um estudo com Docentes do Instituto de Educação Gastão Guimaraes em Feira de Santana-Bahia	Gênero. Sexualidade. Identidades. Gastão. IEGG.
2010	Dissertação	Universidade Federal do Pará	Entre o laico e o religioso: as injunções do discurso sobre gênero e sexualidade em um dispositivo curricular de normalização para aspectos da vida cidadã.	Gênero. Sexualidade. Currículo. Discursos. Governo.
2007	Dissertação	Universidade Federal do Amazonas	Professores (as) Municipais da Cidade de Manaus Frente à Orientação Sexual: Representações Sociais e Práticas no Ensino Fundamental	Representações sociais. Sexualidade. Gênero. Professores. Alunos

2015	Dissertação	Universidade Federal da Paraíba	Análise da produção científica brasileira sobre relações de gênero na educação infantil	Gênero. Educação Infantil. Estado da Arte. Produção científica brasileira. Prática pedagógica.
2000	Dissertação	Universidade Metodista de Piracicaba	Necessidades Formativas de Profissionais de Educação Infantil	Formação de professores. Creche. Educação Infantil.
2010	Dissertação	Universidade Católica de Goiás	Manifestações da sexualidade da criança na educação infantil: estranhamentos e desafios	Infância. Educação infantil. Sexualidade.
2008	Dissertação	Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho/ Presidente Prudente	Formação identitária de docentes da Educação Infantil	Formação identitária. Professores de Educação Infantil. Instituição de cuidado e educação. Criança pequena.
2000	Dissertação	Universidade de Brasília	Educação infantil: reflexões sobre formação e atuação docente	Formação docente. Realização profissional. Identidade profissional.
2011	Dissertação	Universidade Federal de Pernambuco	Expressividades (re)veladas: a prática docente na/da educação infantil mediada pela dimensão de corporeidade.	Professores. Formação. Corporeidade. Ludicidade. Psicomotricidade. Bioenergética. Educação Infantil.
2013	Dissertação	Universidade Federal de Lavras	Inflexões de aprendizagem em gênero, sexualidade, raça e etnia na formação de docentes em EaD	Ensino. Aprendizagem. EAD. Inflexão. Formação docente.
1996	Dissertação	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Educação sexual e formação do educador de creche e pré-escola	Educação Infantil; Sexualidade; Cotidiano Escolar.
2010	Dissertação	Universidade Metodista de São Paulo	Gênero e educação: uma análise da produção do GT 23: gênero, sexualidade e educação da ANPED	Gênero. Sexualidade. Educação.
2012	Dissertação	Universidade Católica de Petrópolis	Gênero, sexualidade e diversidade na formação de professores da rede municipal de Juiz de Fora	Gênero. Diversidade. Sexualidade. Formação de professores.

2001	Dissertação	Universidade Federal da Bahia	Educação/orientação sexual em escolas públicas (3º e 4º ciclos): realidade e perspectivas	Educação. Orientação Sexual. Escola pública. Realidade.
2011	Dissertação	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Representações de gênero nas falas das professoras da pré-escola e primeiro ano do ensino fundamental que atuam no município de Corumbá/MS	Gênero. Sexualidade. Identidades. Práticas pedagógicas.
2014	Dissertação	Universidade do Planalto Catarinense	A educação infantil e as manifestações da sexualidade de crianças de zero à seis anos: uma análise sobre a compreensão de professores de centros de educação infantil municipal em Lages SC	Educação Infantil. Sexualidade Infantil. Educação Sexual. Práticas Pedagógicas.
2011	Dissertação	Universidade do Estado da Bahia	Saindo do armário, portas se abrem/fecham? As sexualidades na escola e na formação docente	Cultura escolar. Formação de professores. Gênero. Sexualidade. Diversidade sexual.
2011	Dissertação	Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho/ Presidente Prudente	As histórias infantis: (re) pensando as práticas do professor de educação infantil	Histórias infantis. Educação infantil. Linguagens infantis.
2010	Tese	Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho/ Araraquara	Sexualidade e orientação sexual na formação de professores: uma análise da política educacional	Educação. Orientação sexual. Formação de professores. Educação e estado.
2002	Dissertação	Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho	Sexualidade infantil: uma investigação acerca da concepção das educadoras de uma creche universitária sobre educação sexual.	Educação sexual para crianças.
2015	Tese	Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho/ Marília	Relações de gênero e sexualidade na educação infantil: interfaces que envolvem as práticas pedagógicas	Educação Infantil. Relações de gênero. Sexualidade. Práticas pedagógicas.

2012	Dissertação	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Educação em Sexualidade na Escola: entre a normalização e a perspectiva dos direitos humanos.	Políticas públicas. Saúde coletiva. Formação de professores. Diversidade sexual. Educação sexual. Gênero.
2010	Tese	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	A formação docente continuada sobre a educação para a sexualidade, em uma escola pública no município de Diadema: a ótica de professores participantes e gestora	Formação docente continuada. Sexualidade. Projeto pedagógico.

Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

## Apêndice 2

**Quadro 3 - Resultados gerais do levantamento referente ao descritor: gênero e sexualidade, formação de crianças, considerando os trabalhos selecionados dentre as primeiras 178 produções localizadas no banco de dados da Capes, pela ordem do resultado obtido na pesquisa.**

ANO	TIPO DE PRODUÇÃO	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE
2006	Dissertação	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Primeiras manifestações de identidade de gênero: um estudo com crianças de 16 a 18 meses	Identidade de gênero. Comportamento de crianças às categorias sexuais. Psicologia da primeira infância. Crianças. Comportamento sexual. Sexo. Diferenças (Psicologia) em crianças. Identidade sexual.
1999	Dissertação	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Sexualidade Infantil através de Relatos de Educadoras de Creche.	Educação Sexual. Sexualidade infantil. Relações de gênero. Formação de educadoras. Educação infantil.
2009	Dissertação	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Sexualidade adolescente como direito? A visão de formuladores de políticas públicas	Adolescentes. Sexualidade. Políticas públicas.
2013	Dissertação	Universidade Estadual de Feira de Santana	Entre o real e o imaginário: problematizando o currículo do curso de licenciatura em pedagogia em relação a gênero	Currículo, Pedagogia, Gênero, Sexualidade.

			e sexualidade	
2005	Dissertação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Dos segredos sagrados: gênero e sexualidade no cotidiano de uma escola infantil	Infância. Sexualidade. Gênero. Identidades. Educação infantil.
2015	Dissertação	Universidade Nove de Julho	Gênero e sexualidade: concepções e práticas pedagógicas de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental	Gênero e sexualidade. Concepções e práticas docentes. Formação continuada de professores. Ação-reflexão-ação. Infâncias e crianças.
2012	Dissertação	Universidade Católica de Petrópolis	Ô tio, pra que tem essa regra? gênero e sexualidade numa sala de aula	Famílias. Gênero. Crianças. Brincadeiras. Ensino Fundamental.
2013	Tese	Universidade Federal Fluminense	Concepções e práticas dos educadores sobre sexualidade e gênero na educação infantil	Educação infantil. Sexualidade. Gênero. Formação docente.
2011	Dissertação	Universidade Federal de Uberlândia	Gênero e Sexualidade: Itinerário de um Grupo de discussão como possibilidade de formação	Educação. Gênero Sexualidade. Formação de professores. Grupo de discussão.
2004	Dissertação	Universidade Federal de Uberlândia	No jogo das diferenças: nuances de gênero e prática docente na educação infantil e ensino fundamental.	Gênero. Prática docente. Educação infantil. Ensino Fundamental.
2015	Dissertação	Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho/ Araraquara	Compreendendo a sexualidade infantil nas relações de gênero	Sexualidade. Gênero. Infância. Ludicidade. Educação Sexual. Família.
2014	Dissertação	Universidade de Brasília	Quem inventou o sexo? Experiências cotidianas de crianças e professoras acerca de gênero e sexualidade	Crianças, sexualidade, gênero, aprendizado e contexto escolar.
			Representações de gênero e de	Gênero e sexualidade.

2015	Dissertação	Universidade Estadual de Maringá	sexualidade nas brincadeiras infantis e na docência: discurso, consolidação, resistência e ambivalência	Docência. Educação Infantil. Brincadeiras.
2011	Dissertação	Universidade Federal de São Paulo	A representação social da sexualidade no cotidiano escolar a partir das narrativas de professoras de uma escola pública do município de São Paulo	Representação social. Sexualidade. Professores. Escola pública.
2010	Dissertação	Universidade Federal da Grande Dourados	Memórias de infância de professoras da educação infantil: gênero e sexualidade	Infância. Educação infantil. Gênero e sexualidade.
1999	Dissertação	Universidade Estadual de Campinas	Questões de gênero na infância e na escola	Gênero. Infância. Escola.
2015	Dissertação	Universidade Federal de Pernambuco	Os cadernos escolares que "falam": artefato de subjetivação de gênero e sexualidade	Cadernos escolares. Gênero e sexualidade. Identidade. Modos de subjetivação.
2007	Dissertação	Universidade Federal de Santa Catarina	História de uma presença-ausente: sexualidade e gênero em cursos de pedagogia	Formação de educadores. Sexualidade. Relações de gênero. Currículo.
2014	Tese	Universidade de Brasília	"Eu tenho esse preconceito, mas eu sempre procurei respeitar os meus alunos": desafios da formação continuada em gênero e sexualidade	Gênero. Sexualidade. Educação em Sexualidade. Trabalho pedagógico. Pesquisa Qualitativa. Método documentário. Grupos de discussão.
2002	Tese	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Inscrevendo a Sexualidade: Discursos e práticas de professoras das séries iniciais do ensino fundamental	Sexualidade. Práticas de professoras. Ensino fundamental.
2012	Dissertação	Universidade Católica de Petrópolis	Gênero, sexualidade e diversidade na formação de professores da rede municipal de Juiz de Fora	Gênero. Diversidade. Sexualidade. Formação de professores.
			O Gênero e a Sexualidade na	Gênero. Sexualidade.

2010	Dissertação	Universidade do Estado da Bahia	Escola: um estudo com Docentes do Instituto de Educação Gastão Guimarães em Feira de Santana-Bahia	Escola.
2002	Dissertação	Universidade Federal de São Carlos	Relações de gênero e sexualidade no cotidiano escolar: concepções de duas professoras do ensino fundamental	Gênero e sexualidade. Professoras. Ensino Fundamental.
2014	Dissertação	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	Relação de gênero e sexualidade: narrativas de professoras e de crianças de uma escola pública de tempo integral, Goiás.	Relações de Gênero. Sexualidade. Escola de Tempo Integral. Narrativas.
2016	Dissertação	Universidade Federal do Espírito Santo	Tempos e contratempos da sexualidade infantil: concepções de professores da educação infantil	Sexualidade Infantil. Concepções de professoras. Freud. Educação Infantil.
2015	Dissertação	Universidade Federal de Mato Grosso	Memórias de infância, relações de gênero e sexualidade nos significados e narrativas de professores/as Rondonópolis – MT 2015	Infância. Gênero. Sexualidade. Narrativas de professores
2013	Dissertação	Fundação Universidade Federal de Sergipe	Sexualidade e gênero: percepções de estudantes e professoras do 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública de Itabaiana	Sexualidade. Gênero. Educação
2014	Dissertação	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Corpos e gênero: olhares das crianças de uma escola especializada no atendimento às pessoas com deficiência intelectual e múltipla no município de Corumbá/MS	Deficiência intelectual, Corpos, Gêneros, Pesquisa com crianças-
2012	Dissertação	Universidade Federal do Maranhão	Gênero e sexualidade na formação docente: uma análise no curso de Pedagogia da UFMA-São Luís	Gênero. Sexualidade. Formação docente. Pedagogia.
2011	Dissertação	Fundação Universidade Federal de	Educação Sexual nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: concepções e	Educação sexual. Ensino Fundamental.

		Sergipe	práticas	
2010	Dissertação	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Gênero e Sexualidade no Ambiente Escolar: Educação e a Construção de Seres Humanos.	Gênero. Sexualidade. Ambiente escolar. Educação.
2012	Dissertação	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Educação em Sexualidade na Escola: entre a Normalização e a perspectiva dos Direitos Humanos.	Educação. Sexualidade. Escola. Direitos humanos.
2010	Dissertação	Universidade Federal da Bahia	Abordagens de gênero e sexualidade na educação infantil: dilemas, desafios e perspectivas no fazer pedagógico da sala de aula	Gênero. Sexualidade. Educação infantil. Fazer pedagógico.
2014	Dissertação	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	A infância sexuada e generificada nos documentos legais e oficiais vigentes no Brasil	Sexualidade. Gênero. Criança. Legislação. Documentos orientadores e oficiais.
2007	Dissertação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Onde está a sexualidade? representações de sexualidade num curso de formação de professoras	Educação sexual. Formação. Professor. Sexualidade.
2005	Dissertação	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Instituindo identidades? inter-relação entre gênero, raça e sexualidade nos temas transversais ao PCN	Identidades. Adolescência. Espaço escolar.
2008	Tese	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Sexualidade: narrativas autobiográficas de educadores/as	Análise do discurso. Educação sexual. Formação. Professor. Sexualidade.
2009	Dissertação	Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho/ Araraquara	As concepções de sexualidade de um grupo de alunas do curso de Pedagogia: uma análise a partir do recorte de gênero	Educação. Sexo. Currículos. Professores. Formação. Relações de gênero.
2012	Dissertação	Centro Universitário Moura Lacerda	Gênero em questão e vivências pedagógicas: relatos de profissionais da educação	Gênero. Vivências pedagógicas. Profissionais da

				educação.
2013	Dissertação	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Estudo investigativo da disciplina Educação para a Sexualidade em escolas da rede municipal de Jequié-BA	Gênero. Sexualidade. Educação básica.
2008	Dissertação	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Educar para a sexualidade é educar para a vida? Um estudo sobre a sexualidade infantil numa creche comunitária.	Sexualidade. Educação infantil. Creche comunitária.
2012	Tese	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Brincadeira de crianças: corpos marcados pelo gênero e pela sexualidade.	Gênero e sexualidade. Docência. Educação Infantil. Brincadeiras.
2013	Dissertação	Universidade de São Paulo	Percepções de professores/as sobre gênero, sexualidade e homofobia: pensando a formação continuada a partir de relatos da prática docente	Educação, Escola, Formação de professores, Homofobia.
2000	Dissertação	Universidade Gama Filho	Corpo e sexualidade: opiniões e percepções dos profissionais de educação física	Educação física escolar. Gênero. Sexualidade.
2008	Dissertação	Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho/ Bauru	Infância, gênero e estereótipos sexuais: análise do relato de mães de crianças de 4 a 6 anos	Infância. Gênero. Papéis sexuais. Estereótipos sexuais. Educação sexual.
2008	Dissertação	Universidade Federal do Paraná	A construção do gênero e da sexualidade na literatura infantil	Literatura. Infância. Gênero. Sexualidade.
2005	Tese	Universidade Federal de Santa Catarina	Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo a partir de professores na creche	Gênero. Trabalho docente. Educação infantil.
2013	Dissertação	Universidade Estadual de Maringá	Crianças e professoras com a palavra: gênero e sexualidade nas culturas infantis	Gênero. Sexualidade. Infância. Docência.
			A formação docente	

2010	Tese	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	continuada sobre a educação para a sexualidade, em uma escola pública no município de Diadema: a ótica de professores participantes e gestora	Formação docente continuada. Sexualidade. Projeto pedagógico
2011	Dissertação	Universidade Metodista de São Paulo	Formação docente e relações de corpo, gênero e sexualidade na educação: entendendo conceitos e refletindo ideias	Formação docente. Corpo. Gênero e sexualidade.
2002	Dissertação	Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho	Sexualidade infantil: uma investigação acerca da concepção das educadoras de uma creche universitária sobre educação sexual.	Educação sexual. Crianças.
2011	Dissertação	Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho/ Presidente Prudente	Brincadeiras no recreio: uma reflexão sobre as relações de gênero e sexualidade	Educação. Sexo. Gênero. Ensino fundamental. Recreio Escolar.
1997	Dissertação	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	O cotidiano de uma escola infantil e a construção da identidade de gênero das crianças	Escola infantil. Identidade de gênero. Crianças.
2008	Dissertação	Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho/ Presidente Prudente	Olhares de "crianças" sobre gênero, sexualidade e infância	Educação. Sexualidade. Infância.
2014	Dissertação	Universidade Federal da Bahia	Gênero/sexo/sexualidade: representações e práticas elaboradas por professoras/es da educação infantil na rede municipal de ensino em Salvador	Educação Infantil. Gênero. Sexualidades. Representações sociais. Formação de professoras/professores
2006	Dissertação	Universidade de São Paulo	Reflexões a partir da prática de orientação sexual na Escola de Aplicação da FEUSP	Adolescência. Educação. Ensino. Escola. Gênero.
2009	Dissertação	Dissertação	Professores na encruzilhada entre o público e o privado: o curso Gênero e Diversidade na Escola.	Políticas Públicas. Sexualidade. Relações de Gênero. Formação de Professores. Diversidade.

2008	Dissertação	Universidade Federal de Uberlândia	Investigando a sexualidade de professoras: suas histórias, saberes e práticas	Professores. Formação. Sexo (Psicologia). Corpo. Sexualidade. Professoras. Formação docente.
2010	Tese	Universidade Federal de Santa Catarina	Professores(as), suas significações e posturas no contexto da educação sexual: das (im)possibilidades do trabalho com a diversidade sexual	Professor/a. Educação sexual. Diversidade sexual.
2016	Dissertação	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	“Tá vendo, gente? Dá certo! É como eu sempre falo, a palavra comove, mas o exemplo arrasta”: análise de uma ação colaborativa sobre a temática corpos, gênero e sexualidade no ensino fundamental	Corpos. Gênero. Sexualidade. Ensino fundamental.
2013	Dissertação	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Inclusão em educação, Gênero e Sexualidade: Um estudo de caso	Inclusão. Gênero. Sexualidade.
2009	Dissertação	Universidade Federal do Paraná	Gênero e sexualidade na literatura infantil: mapeando resistências	Gênero e sexualidade. Literatura infantil.
2015	Dissertação	Universidade Federal de Pernambuco	Com a delicadeza necessária: o discurso de gênero e sexualidade em livros de literatura infantil	Literatura infantil. Gênero e sexualidade. Identidade. Modos de subjetivação.
2005	Dissertação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Gênero e sexualidade nas brincadeiras do recreio	Gênero. Sexualidade. Brincadeiras.
2000	Dissertação	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Sexualidade, gênero e o livro didático: contribuições para a prática docente	Sexualidade. Gênero. Livro didático. Prática docente.
			A prática da leitura e as	Educação, Escola,

2014	Dissertação	Universidade de São Paulo	relações de gênero e sexualidade: subsídios para reflexão sobre formação inicial e contínua de professores	Formação de professores(as), Literatura infantil, Prática da leitura, Relações de gênero, Sexualidade
2012	Dissertação	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	"Gênero e Sexualidade na produção do cuidado: etnografia de uma unidade de saúde da família".	Gênero e sexualidade. Etnografia. Saúde da família.
2012	Tese	Universidade Federal da Paraíba	Sexualidades e Mídia na Formação Docente.	Sexualidade Mídia. Adolescência. Formação de professores.
2009	Dissertação	Universidade Federal de Santa Catarina	Do João à Joana: Gênero e brincadeiras - Atribuição de significados no contexto da Educação Infantil	Gênero. Brincadeiras. Educação infantil.

Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

### Apêndice 3

**Quadro 4 - Resultados gerais do levantamento referente ao descritor: formação docente para a infância; gênero e sexualidade; políticas públicas; legislação, considerando os trabalhos selecionados dentre as primeiras 178 produções localizadas no banco de dados da Capes, pela ordem do resultado obtido na pesquisa.**

ANO	TIPO DE PRODUÇÃO	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE
2013	Tese	Universidade Federal Fluminense	Concepções e práticas dos educadores sobre sexualidade e gênero na educação infantil	Educação infantil. Sexualidade. Gênero. Formação docente.
2013	Dissertação	Universidade Estadual de Feira de Santana	Entre o real e o imaginário: problematizando o currículo do curso de licenciatura em pedagogia em relação a gênero e sexualidade	Currículo. Pedagogia. Gênero. Sexualidade.
2002	Tese	Universidade Federal Fluminense	(Re)invenção da escola pública: sexualidade e formação da jovem professora	Escola pública. Sexualidade. Formação de professores.
2002	Dissertação	Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa	Políticas de Formação Docente Pós-LDB 9394/96: limites e possibilidades	Políticas Públicas. Formação docente. LDB.
		Universidade	Relações de gênero e trabalho	Relações de gênero.

2005	Tese	Federal de Santa Catarina	docente na educação infantil: um estudo a partir de professores na creche	Trabalho docente. Educação infantil
2003	Dissertação	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Sexualidade e escola: uma análise da implantação de políticas públicas de orientação sexual	Sexualidade. Escola. Políticas públicas. Orientação sexual.
2010	Dissertação	Universidade Federal do Estado da Bahia	O Gênero e a sexualidade na escola: um estudo com docentes do instituto de educação Gastão Guimaraes em Feira de Santana-Bahia	Gênero. Sexualidade. Identidades. Gastão. IEGG.
2010	Dissertação	Universidade Metodista de São Paulo	Gênero e Educação: Uma análise da Produção do GT 23: Gênero, Sexualidade e Educação da ANPED	Gênero. Sexualidade. Educação.
2007	Dissertação	Universidade Federal do Maranhão	Uma Análise das Implicações da Formação na Práxis Pedagógica de Professores de Educação Infantil na Cidade de Imperatriz-MA	Currículo. Formação Docente. Educação Infantil.
2008	Dissertação	Universidade Federal de Goiás	Um olhar sobre a infância e as brincadeiras a partir de relato de idosos da cidade de mineiros	Infância. Brincadeiras. Idosos.
2010	Dissertação	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	Manifestações da sexualidade da criança na educação infantil: estranhamentos e desafios	Sexualidade. Criança. Educação infantil.
2015	Dissertação	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Socialização de gênero e educação infantil estudo de caso sobre a construção e reprodução dos papéis de gênero em uma escola no Rio Grande do Sul	Socialização de gênero. Infância. Meninas e /meninos. Educação Infantil.
2009	Dissertação	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Professores na encruzilhada entre o público e o privado: o curso Gênero e Diversidade na Escola	Professores. Público. Privado. Gênero e diversidade na escola.
			Criança faz Criança:	

2007	Dissertação	Universidade de Brasília	(des)construindo sexualidade e infância com meninos e meninas de rua	Criança. Sexualidade. Infância.
2012	Tese	Universidade Federal de Goiás	Aprendizagem e desenvolvimento da criança de 0 a 2 anos: uma abordagem sócio-histórico-dialética	Aprendizagem. Desenvolvimento. Criança.
2003	Dissertação	Universidade de São Paulo	A formação continuada de professores para as séries iniciais do ensino fundamental: diferentes olhares sobre a legislação e as políticas públicas no período pós LDB 9394/96	Formação continuada. Professores. Ensino Fundamental. Legislação.
2015	Dissertação	Universidade Federal de Viçosa	Questões de gênero e sexualidade na escola: discutindo políticas públicas e formação pedagógica	Educação. Identidade de gênero na educação. Sexualidade. Políticas públicas.
2004	Dissertação	Universidade Federal de Uberlândia	No jogo das diferenças: nuances de gênero e prática docente na educação infantil e ensino fundamental	Diferenças, Gênero. Prática docente. Educação infantil. Ensino Fundamental.
2002	Dissertação	Universidade Federal de Goiás	Os professores e a produção do corpo educado: o contexto da prática pedagógica	Professores. Corpo. Prática pedagógica.
2012	Dissertação	Universidade Federal do Maranhão	Gênero e sexualidade na formação docente: uma análise no curso de Pedagogia da UFMA-São Luís	Gênero. Sexualidade. Formação docente. Pedagogia.
2011	Dissertação	Universidade Federal de São Paulo	Da agente de desenvolvimento infantil à professora de creche: estudo sobre uma trajetória profissional a partir da categoria gênero	Desenvolvimento infantil. Gênero. Professora.
2012	Dissertação	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Educação em Sexualidade na Escola: entre a Normalização e a perspectiva dos Direitos Humanos	Educação. Sexualidade. Escola. Direitos Humanos.

2010	Dissertação	Universidade Federal da Grande Dourados	Memórias de infância de professoras da educação infantil: gênero e sexualidade	Infância. Gênero. Sexualidade. Educação infantil.
2010	Dissertação	Fundação Universidade de Passo Fundo	Políticas de educação para a infância: concepções subjacentes à legislação	Educação para infância. Legislação. Políticas.
2012	Dissertação	Universidade Federal do Pará	Práticas de gênero e sexualidade: a produção discursiva sobre o/a professor/a homossexual na docência primária	Gênero. Sexualidade. Professor. Homossexual.
2015	Dissertação	Universidade Luterana do Brasil	Representações e identidades docentes nos cadernos de formação do programa pacto nacional pela alfabetização na idade certa (PNAIC)	Formação de professores. Representações. Identidades docentes. Alfabetização e letramento.
2007	Dissertação	Universidade Federal de Santa Catarina	História de uma presença-ausente: sexualidade e gênero em cursos de pedagogia	Formação de educadores. Sexualidade. Relações de gênero. Currículo.
2002	Dissertação	Universidade Federal de São Carlos	Relações de gênero e sexualidade no cotidiano escolar: concepções de duas professoras do ensino fundamental	Relações de gênero. Sexualidade. Professoras Ensino Fundamental
2010	Dissertação	Escola Superior de Teologia	Todos podem aprender: construindo caminhos conectados com a formação do educador que possibilitem o fazer pedagógico inclusivo	Inclusão. Formação do educador. Fazer pedagógico.
2014	Dissertação	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	A infância sexuada e generificada nos documentos legais e oficiais vigentes no Brasil	Sexualidade. Gênero. Criança. Legislação. Documentos orientadores e oficiais.
2001	Dissertação	Universidade Federal da Bahia	Educação/orientação sexual em escolas públicas (3º e 4º ciclos): realidade e	Educação. Orientação sexual. Escola pública.

			perspectivas	
2013	Dissertação	Universidade de São Paulo	Percepções de professores/as sobre gênero, sexualidade e homofobia: pensando a formação continuada a partir de relatos da prática docente	Educação. Escola. Formação de professores. Homofobia.
2008	Dissertação	Universidade Federal do Paraná	A construção do gênero e da sexualidade na literatura infantil	Gênero. Sexualidade. Educação Infantil.
2012	Dissertação	Fundação Getúlio Vargas/RJ	Educação para igualdade na perspectiva de gênero	Educação. Igualdade. Gênero.
2015	Dissertação	Universidade Estadual do Paraná	Nesta Escola não há lugar para bichinhas"[...]: Diversidade Sexual e a Homofobia no Ambiente Escolar	Educação. Homofobia. Escolas. Diversidade Sexual. Políticas Públicas
2013	Dissertação	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	Estudo investigativo da disciplina Educação para a Sexualidade em escolas da rede municipal de Jequié-BA	Gênero. Sexualidade. Educação básica.
2010	Tese	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/ Araraquara	Sexualidade e orientação sexual na formação de professores: uma análise da política educacional	Sexualidade. Orientação sexual. Formação de professores. Política educacional.
2000	Dissertação	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Sexualidade, gênero e o livro didático: contribuições para a prática docente	Sexualidade. Gênero. Livro didático. Prática docente.
2011	Dissertação	Universidade Metodista de São Paulo	Formação docente e relações de corpo, gênero e sexualidade na educação: entendendo conceitos e refletindo ideias	Formação docente. Gênero. Sexualidade. Educação.
2013	Dissertação	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	Educação, memória e sexualidade: narrativas dos professores e profissionais de saúde sobre a educação sexual	Educação sexual. Narrativas. Formação de professores. Projeto

			e a formação docente	Saúde e Prevenção nas Escolas.
2014	Tese	Universidade de Brasília	Eu tenho esse preconceito, mas eu sempre procurei respeitar os meus alunos": desafios da formação continuada em gênero e sexualidade	Gênero. Sexualidade. Educação em Sexualidade. Trabalho pedagógico. Pesquisa Qualitativa. Método documentário. Grupos de discussão.
2005	Dissertação	Universidade Federal de Minas Gerais	A formação docente em educação infantil como direito social	Formação docente. Educação infantil. Direito social.
2008	Tese	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Políticas para a educação da infância no Brasil nos anos 1950/1960	Políticas. Educação da infância.
2015	Dissertação	Universidade Federal de Mato Grosso	Memórias de infância, relações de gênero e sexualidade nos significados e narrativas de professores/as Rondonópolis – MT 2015	Infância. Gênero. Sexualidade. Narrativas de professores.
2013	Tese	Universidade Federal de Minas Gerais	Gênero e diversidade na escola (GDE): da elaboração da política pública às recontextualizações produzidas nas práticas de formação docente	Formação docente. Multiculturalismo. Recontextualização.
2009	Dissertação	Universidade Federal do Paraná	Gênero e sexualidade na literatura infantil: mapeando resistências	Gênero. Sexualidade. Literatura infantil.
2006	Dissertação	Universidade Federal da Bahia	A vida entre discursos: representações da sexualidade do adolescente por profissionais de saúde em uma unidade de atenção básica	Sexualidade. Adolescente. Representações

Fonte: Autora da pesquisa, 2018.